

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Lucas José Correa de Freitas Rodrigues Alves

**A JUSTIÇA RESTAURATIVA E A APLICAÇÃO DE PRÁTICAS CIRCULARES NA
JUSTIÇA CATARINENSE**

FLORIANÓPOLIS, SC

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Lucas José Correa de Freitas Rodrigues Alves

**A JUSTIÇA RESTAURATIVA E A APLICAÇÃO DE PRÁTICAS CIRCULARES NA
JUSTIÇA CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC) como requisito à obtenção do grau de
Bacharel em Direito

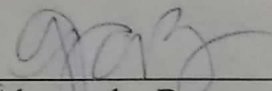
Orientadora: Prof^{ra}. Dra. Grazielly Alessandra Baggenstoss

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

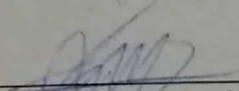
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "A Justiça Restaurativa e a aplicação de Práticas Circulares na Justiça Catarinense", elaborado pelo(a) acadêmico(a) Lucas José Correa de Freitas Rodrigues Alves, defendido em 07/12/2018 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,2 (Nove e meio), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

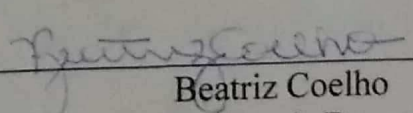
Florianópolis, 07 de dezembro de 2018



Grazielly Alessandra Baggenstoss
Professor Orientador



Amanda Muniz
Membro de Banca



Beatriz Coelho
Membro de Banca



Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Ciências Jurídicas

COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E

ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): Lucas José Correa de Freitas Rodrigues Alves

RG: 5.734.827 SSP/SC

CPF: 051.530.039.06

Matrícula: 13201161

Título do TCC: A Justiça Restaurativa e a Aplicação de Técnicas Circulares na Justiça Catarinense

Orientador(a): Grazielly Alessandra Baggenstoss

Eu, Lucas José Correa de Freitas Rodrigues Alves, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2018.

Assinatura manuscrita de Lucas José Alves em tinta azul, sobre uma linha horizontal.

Lucas José Correa de Freitas Rodrigues Alves

FLORIANÓPOLIS, SC

2018

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a possibilidade de utilização da Justiça Restaurativa, através das Práticas Circulares, como bússola para resolução de conflitos no âmbito da Justiça Estadual de Santa Catarina. A Justiça Restaurativa, através de suas ferramentas teóricas, objetiva transcender o modelo judicial de resolução de conflitos vigente, repensando as necessidades que não são supridas pelo processo legal. As práticas circulares, através de uma visão mais abrangente da situação, possuem o escopo de construir a paz e desenvolver inteligência emocional, e, portanto, oferecem à aplicação do direito uma nova visão, que serve como norte para a resolução de conflitos, podendo ser amplamente utilizadas na justiça catarinense no que couber. Para tanto, este trabalho pretende contextualizar historicamente a Justiça Restaurativa, abordando seu surgimento, sua propagação e sua aceitação no Brasil. Também intenta apontar e explorar a base teórica das técnicas circulares possíveis para a resolução de conflitos. Ainda, apresenta um levantamento de dados a partir de pesquisas de notícias a respeito das comarcas de Santa Catarina para constar se adotam práticas circulares da Justiça Restaurativa e, se sim, de que maneira aplicam-nas. Por fim, demonstra que a adoção de tais práticas pode trazer uma mudança de paradigma na prática jurídica, quando tenha como principal foco a promoção do bem estar social. Para tanto, se utiliza a epistemologia do pensamento sistêmico, com a base teórica de Howard Zehr. O método de abordagem utilizado é o dedutivo, adotando como método de procedimento a revisão narrativa bibliográfica, utilizando as técnicas monográficas e documentais. Por fim, demonstra como a Justiça Restaurativa, através de suas ferramentas teóricas, busca transcender o modelo de resolução judicial de conflitos vigente, repensando as necessidades que não são cumpridas pelo processo legal, em determinados tipos de processo. Assim, as Práticas Circulares, por meio de uma visão mais abrangente da situação, que possui o escopo de construir a paz e desenvolver inteligência emocional, oferecem a aplicação do direito uma nova visão que serve como norte para o alcance da Justiça, e portanto, deve ser utilizada mais amplamente no âmbito da Justiça Catarinense.

Palavras chave: Justiça Restaurativa. Práticas Circulares. Conciliação. Mediação. Justiça Catarinense. Resolução de conflitos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. A JUSTIÇA RESTAURATIVA: SURGIMENTO E PROPAGAÇÃO.	6
2.1. Surgimento do modelo de Justiça Restaurativa	6
2.2. Desenvolvimento e teorias.	13
2.3. Justiça Restaurativa na América Latina (e no Brasil).	18
3. PRÁTICAS CIRCULARES DE PAZ / DIÁLOGO	24
3.1. Conceito	25
3.2. A preparação do círculo para um diálogo que proporcione um espaço protegido.	31
4. PRÁTICAS CIRCULARES NA JUSTIÇA CATARINENSE E SUA ACEITAÇÃO.	41
4.1. Círculos de paz na justiça catarinense.	42
4.2. A necessidade de um novo paradigma, para o alcance de um bem social maior.	49
5. CONCLUSÃO	58
6. REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

A Justiça Restaurativa, através de suas ferramentas teóricas, objetiva transcender o modelo de resolução de conflitos vigente, repensando as necessidades que não são supridas pelo processo legal. Portanto as práticas circulares, através de uma visão mais abrangente da situação, possuem o escopo de construir a paz e desenvolver inteligência emocional, oferecendo à aplicação do direito uma nova visão, que serve como norte para o alcance da justiça e que pode ser amplamente utilizada na justiça catarinense no que couber.

O presente trabalho busca analisar a possibilidade de utilização da Justiça Restaurativa, através das Práticas Circulares, como bússola para resolução de conflitos no âmbito da Justiça Estadual de Santa Catarina. Para tanto, se utiliza a epistemologia do pensamento sistêmico, com a base teórica de Howard Zehr; bem como o método dedutivo de abordagem, adotando como método de procedimento a revisão narrativa bibliográfica, utilizando as técnicas monográficas e documentais.

Contextualizando historicamente a Justiça Restaurativa, abordando seu surgimento, sua propagação e sua aceitação no Brasil, este trabalho também pretende apontar e explorar a base teórica das técnicas circulares possíveis para a resolução de conflitos. Ainda, realiza um levantamento de dados a partir de pesquisas de notícias a respeito das comarcas de Santa Catarina para constar se adotam práticas circulares da Justiça Restaurativa e, se sim, de que maneira aplicam-nas. Por fim, intenta demonstrar que a adoção de tais práticas pode trazer uma mudança de paradigma na prática jurídica, que tenha como principal foco a promoção do bem estar social. As práticas restaurativas dentro da aplicação do direito são efetuadas nas varas da infância e da juventude, nos Juizados Especiais Criminais, nas Varas de Violência Doméstica e na aplicação de penas alternativas, porém as práticas circulares justamente por suas peculiaridades, que aqui serão expostas, têm sido aplicada em diversos âmbitos do direito (ex.: Direito de Família).

Portanto, o presente trabalho foi dividido em três capítulos:

O primeiro investiga a origem da justiça restaurativa, abordando o surgimento deste modelo, seu desenvolvimento, a criação de suas teorias e sua recepção na América Latina e no Brasil.

O segundo capítulo delimita a pesquisa, tratando do conceito dos círculos de construção de paz e de como estes devem ser preparados, objetivando a construção de um ambiente seguro para que as partes consigam ter um diálogo saudável.

Por fim, o terceiro capítulo demonstra como a justiça catarinense vem implantando as práticas circulares nos mais diversos âmbitos, e aponta a dicotomia entre as dificuldades de sua aplicação e a necessidade da adoção de tais práticas a fim de que haja uma mudança de paradigma no tratamento dos delitos, trazendo à tona os conceitos de paz social, igualdade e responsabilidade.

Este trabalho justifica-se, pois, a temática da Justiça Restaurativa é uma nova opção de intervenção que tem o propósito promover o diálogo e o consenso dentro da atual justiça e se mostra uma alternativa ao modelo de judicialização atualmente praticado no país. Através de uma verdadeira busca pela construção da paz baseada no respeito e no diálogo, bem como buscando dar primazia à informação e ao crescimento pessoal, as práticas restaurativas objetivam o alcance de uma verdadeira justiça construída pelos membros da sociedade.

As práticas circulares trazem consigo a intenção de mudança no paradigma processualista brasileiro. Santa Catarina possui um sistema judicial forte e ativo, porém suas demandas, em diversas vezes, sofrem de morosidade ou até mesmo não aplicam o melhor direito ao caso concreto. Há situações em que se faz necessária a adoção de novos moldes, que dêem primazia à reparação de danos; que olhe também para os aspectos psicossociais dos indivíduos. Conforme será demonstrado aqui, as práticas circulares propõem (re)criar laços e estabelecer um lugar onde as pessoas sejam livres para se expressar e se emocionar, podendo apresentar o seu verdadeiro eu no processo de resolução de conflitos.

2. A JUSTIÇA RESTAURATIVA: SURGIMENTO E PROPAGAÇÃO.

Este capítulo faz um apanhado histórico sobre a Justiça Restaurativa. É necessário destacar que este modelo se inspirou em diversas práticas de autocomposição e de culturas de paz que surgiram e foram utilizadas pelo mundo, até se tornar parte de um movimento social que vem surgindo nos mais diversos âmbitos da sociedade, inclusive, na justiça.

Sua inserção nas práticas jurídicas teve como objetivo primordial trazer mudanças de paradigmas, permitindo que a vítima, o ofensor e a sociedade, pudessem dialogar e, eventualmente, conciliarem-se ou estabelecerem diretrizes a serem assentadas em conjunto, a partir da situação conflituosa. A Justiça Restaurativa ambiciona, em sua história, ter papel humanístico e democrático, estimulando a autonomia das partes através de um processo de transformação, corroborando para a paz social.

2.1. Surgimento do modelo de Justiça Restaurativa

Achutti (2014) traz em sua obra uma breve ideia de como foi desenvolvido o processo do Sistema Jurídico no ocidente, o qual deu início ao nosso modelo de justiça tradicional. Conforme diz o autor, no ocidente, o rei e seus juristas especializados resolviam os conflitos, fazendo com que os envolvidos, principalmente a vítima, perdesse o seu papel diante das situações que a afetavam. O sistema substituíu a noção de dano pela ideia de infração e, dessa forma, o Estado passava a ser a principal vítima e não aquele que sofreu o dano.

Há indícios, segundo Braga (2014), de que a Justiça Restaurativa não é um fenômeno atual, vez que remonta a antiguidade; mais precisamente quando os homens se reuniam em cavernas com o intuito de conversar e solucionar os conflitos existentes. Considerando tal momento histórico, sabe-se que não havia o modelo de Estado moderno que se tem atualmente (no qual há uma série de regramentos jurídicos criados para retribuir o ato ilícito do ofensor) o que instigou as comunidades daquela época a desenvolver outras práticas, com base no diálogo e na autocomposição. Valores que se fazem presentes na Justiça Restaurativa.

Visto isso, há que se dizer que as práticas restaurativas não nasceram efetivamente de um cenário histórico/político, visto que estas derivam de costumes humanos milenares que são usados como referência para a aplicação nos dias atuais.

Bianchini (2012) acredita que o sistema restaurativo ocidental foi iniciado, mais precisamente no séc. XIX, nas disputas entre trabalhadores das estradas de ferro dos EUA. Ele também afirma que logo no séc. XX alguns programas restaurativos foram desenvolvidos nas disputas comerciais, sendo que, as maiores manifestações surgiram na década de 1970, também nos Estados Unidos.

O termo “Justiça Restaurativa”, segundo Bianchini (2012), foi empregado pela primeira vez em 1950, pelo pesquisador e psicólogo americano Albert Eglash: especialista que buscava um modelo terapêutico para reabilitar os ofensores.

Nos dizeres de Elenice da Silva (2017) as primeiras notícias acerca da Justiça Restaurativa no século XX remontam meados de 1970, mais precisamente na região de Ontário, no Canadá, em estabelecimentos prisionais, no intuito de viabilizar a resolução de controvérsias. Assim, é possível delimitar que o Canadá foi grande aliado na instituição da prática restaurativa no ocidente.

Um exemplo de cultura utilizadora de práticas de autocomposição são as aldeias hindus da Índia, que têm empregado tradicionalmente o sistema de justiça panchayat, em que um grupo de cinco membros, tanto media quanto arbitra as disputas, além de exercer funções administrativas ao lidar com questões relativas ao bem-estar e queixas dentro da comunidade (MOORE, 1998).

Outro grande exemplo é o Japão, onde a cultura da autocomposição é tão enraizada que se os sujeitos envolvidos em alguma divergência não buscam esgotar todas as possibilidades antes de optarem pela via tradicional da jurisdição, sofrem certo desprezo por parte da população local. Já em algumas regiões Africanas e Jordânia a mediação é comumente utilizada por vizinhos a fim de resolver disputas. Na Oceania “[...] as aldeias Tolai, da Nova Bretanha, têm cada uma um conselheiro e um comitê, que se reúne regularmente para escutar as disputas, sendo seu trabalho manter a ordem do debate e a liberdade de argumentação [...]” (CALMON, 2008, p. 174).

Reforçando o tema, Ortegá (2006, p. 13) incrementa que as tribos Maori, situadas na Nova Zelândia, podem ser entendidas como sendo o maior exemplo de Justiça Restaurativa

no contexto histórico, que resultou da insatisfação do modelo tradicional de justiça que havia sido instituído no país.

Portanto, é possível afirmar que um sistema restaurativo parecido com o atual já fez parte de algumas comunidades. Achutti (2014) também diz que não é possível dizer o momento exato em que o sistema restaurativo surgiu, pois é provável que as formas restaurativas e compensatórias sempre tenham sido praticadas, mas não se pode determinar com precisão o seu alcance no passado.

Conforme Ortegá (2006, p. 12), “Nas comunidades nativas de territórios colonizados, a presença de práticas restaurativas devia-se, principalmente, a uma concepção de justiça distinta da punição baseada essencialmente na privação de liberdade [...]”, que por sua vez, mostra-se manifestamente utilizadas pelas sociedades atuais, levando-se em consideração o poder punitivo do Estado.

Sobre a Justiça Restaurativa, Achutti (2004) declara que seu processo de consolidação permite afirmar que o sistema de justiça criminal moderno, como se conhece hoje, não foi o modelo dominante ao longo da história. Alguns autores, inclusive, afirmam que houve a convivência de diferentes modelos, e que era provável uma preponderância de modelos restaurativos sobre os modelos punitivos.

Para Calmon (2008), a autocomposição é o meio mais eficaz e genuíno de resolução de conflitos, uma vez que decorre da própria natureza humana. Por ser naturalmente informal esse mecanismo tem uma abrangência imensurável, podendo ter impactos incontáveis. Pode-se afirmar, portanto, que as diferentes formas de se lidar com os conflitos são inerentes à evolução da convivência humana. A autocomposição é a prevenção ou solução do litígio por decisão consensual das pessoas envolvidas no conflito.

Deste modo, ressaltam-se os dizeres de Brandão:

O surgimento de um novo paradigma de justiça penal se faz imprescindível no sentido de buscarmos amenizar a fragilidade do atual e retificar as suas falhas, o que não é tarefa fácil. É nesse ideário que surge a Justiça Restaurativa como um novo modelo de solução de conflitos e cuja implantação não implica na supressão do modelo atual (BRANDÃO 2010, s.p.).

Sabendo disso, é necessário elucidar que o cenário da aplicabilidade da justiça é, em grande parte de seu contexto, voltado a seguir um legalismo excessivo, que tem a punição

como um de seus maiores pilares. Tudo isto devido à história da própria humanidade e do imperialismo que se prolonga até os dias de hoje. Como fruto da conquista de diversos direitos sociais em vários países, sobreveio um movimento de emancipação e mudança de paradigma. Felizmente, em especial nas últimas décadas, este movimento teve seu olhar direcionado para outra maneira de compreender as relações sociais, valorizando as mais diversas formas de saber e prezando por valores humanísticos nas resoluções de conflito, com o escopo de promover uma justiça que restaure estas relações.

Conforme Jackson da Silva Leal (2012), no passado, tanto a academia, o judiciário, como organizações, não estavam preparados para esta possibilidade de justiça, pois estavam organizados de maneira a servir a uma justiça formal, legalista e punitiva, com muito pouco espaço para outras possibilidades. Contemporaneamente, a partir de algumas mudanças conjecturais – em especial o processo de reabertura política na América Latina no decorrer dos anos de 1970 e o gradual processo de aprimoramento das democracias e da participação popular – pode-se dizer que existe uma preocupação em transformar os espaços decisórios em cenários menos burocráticos, na construção de espaços de diálogo mais democráticos.

Sica (2007), em sua obra “Justiça Restaurativa e Mediação”, se manifesta demonstrando que, na década de 60, o modelo retributivo e o modelo correccional passaram a ser questionados, pois, na hipótese de ser correccional, onde se acredita que a justiça deve corrigir as pessoas, surgiram novos questionamentos, e, através destes, novos modelos.

Também a respeito disso, é relevante a afirmação de que a Justiça Restaurativa se fixou de maneira mais imperativa a partir da década de setenta. Desde essa época, vem surgindo vários programas e práticas em centenas de comunidades de vários países do mundo. Com frequência são oferecidos como alternativas paralelas ou mesmo no âmbito do sistema jurídico vigente. No entanto, a partir de 1989, a Nova Zelândia fez da Justiça Restaurativa o centro de todo o seu sistema penal para a infância e a juventude (ZEHR, 2015, p. 12).

Achutti também deduz que a partir dos anos 70, inúmeras iniciativas sociais foram implantadas dentro dos sistemas judiciais, sendo que essas iniciativas, atualmente, são chamadas de sistema restaurativo. Dentre elas, o autor destaca:

- a) direito aos prisioneiros e alternativas às prisões: acadêmicos e operadores do sistema de justiça consideravam injusto o tratamento dispensado a apenados e comunidades empobrecidas, e percebiam uma forte

discriminação de gênero e racial, e buscavam melhoras nas condições da prisão, reduzir o encarceramento e até mesmo abolir algumas penitenciárias, com ênfase na criação de sanções intermediárias que evitassem o uso do cárcere;

b) resolução de conflitos: abrange o desenvolvimento de conselhos comunitários de justiça e centros de justiça comunitária, criados a partir da segunda metade da década de 1970, que refletiam uma busca por maior acesso à justiça e uma desilusão em relação ao sistema oficial de justiça. A negociação entre os leigos, com participação minoritária de profissionais, era a principal forma adotada pelos comunitaristas;

c) programa de reconciliação vítima-ofensor: com início no Canadá (1974) e nos EUA (1977), envolviam encontros entre vítimas e ofensores após as decisões judiciais, na presença de uma terceira pessoa (mediador), para buscar restabelecer as relações quebradas pelo conflito;

d) mediação vítima-ofensor: no final dos anos 1970, as vítimas passaram a preferir o termo mediação em vez de reconciliação, mas neste caso outras pessoas afetadas pelo conflito poderiam participar dos encontros, em especial em casos de crimes graves. Sua utilização teve início principalmente na justiça juvenil, e foi introduzido na Inglaterra, na Escandinávia e em países da Europa Ocidental no final dos anos 1970 e ao longo dos anos de 1980; (ACHUTTI 2014, p. 54-55).

Já conforme Grecco (2014, p. 8), a Nova Zelândia, em 1970, foi a primeira nação a idealizar a Justiça Restaurativa como regime de resposta à delinquência Juvenil, mais precisamente em 1989.

Nesta seara, Albert Eglash é apontado por Rolim (2006) como sendo a primeira figura utilizar a expressão “Justiça Restaurativa”, mais especificamente em um texto 1977, intitulado “Beyond Restitution: Creative Restitution” (Além da Reparação: Reparação Criativa). Apesar disso, Rolim afirma que as práticas mais antigas da Justiça Restaurativa estão alicerçadas nas tradições dos povos do Oriente e Ocidente, pois segue claramente os procedimentos da justiça comunitária durante séculos nos tempos remotos, sendo que essas tradições foram sobrepujadas pelo modelo de justiça criminal punitivista, tal como é conhecido atualmente.

Também conforme Sica, na Nova Zelândia, as práticas restaurativas tornaram-se medidas a serem adotadas em processos do âmbito penal juvenil desde 1989, ao passo que desde 2002 foram instituídas de maneira obrigatória nos casos que envolvam infratores maiores: A Nova Zelândia é o país pioneiro na implantação de práticas restaurativas.

“Em uma tentativa de melhor compatibilizar o sistema de justiça da infância e da juventude com as tradições culturais do povo Maori, em 1989, a família passou a ser instância privilegiada na tomada de decisões quanto às consequências derivadas da prática infracional do jovem” (SICA 2007, p. 82).

Além desses programas, Achutti (2014, p. 55-56) também cita outras iniciativas, tais como: o grupo de defesa dos direitos das vítimas (1990), conferências de grupos familiares (1990), círculos de sentença (1980), painéis de impacto de vítimas e os conselhos de reparação (1980-1990).

Vale ressaltar também, que nos dizeres da autora Aloma Ribeiro Felizardo (2017), a Justiça Restaurativa foi utilizada pela primeira vez no contexto prático, apenas em meados da década de noventa, na Austrália, através de Margareth Thorsborne, no âmbito educacional: Fato que retrata a natureza interdisciplinar das práticas restaurativas.

Neste passo, de acordo com Howard Zehr (2015), a Justiça Restaurativa foi instaurada de maneira tímida, posto que albergava apenas crimes de menor potencial ofensivo, tais como assaltos e aqueles efetivados contra o patrimônio. Porém, ainda que de maneira tímida, esta veio ganhando cada vez mais espaço no âmbito judiciário.

Assim, Braga (2014) delimita, por certo, que a Justiça Restaurativa também foi implementada na Nova Zelândia, mais especificamente na década de oitenta, sendo que, atualmente, é notória a sua propagação em outros países, como, por exemplo, a Argentina, a África do Sul e, ainda, no Brasil.

Em outra face, acredita Braithwate (2002), que tal modelo surgiu no ocidente a partir de um programa de reconciliação entre vítima e ofensor depois de uma decisão judicial, mais precisamente, um programa comunitário, na cidade de Kitchener, localizada no Canadá. Com o esforço dos juízes Neozelandeses Mick, Brow e Fred McElrea, bem como do sistema político australiano, ergueu-se um importante movimento social referente à Justiça Restaurativa.

Nesse passo, importantíssimo pontuar que, de acordo com Baquião (2010, p. 15), a Resolução n.º 2002, de 2012, do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, procedeu de maneira a recomendar que todos os países adotassem a justiça restaurativa, como forma de solucionar as controvérsias locais. No Brasil, Grecco (2014)

considera que o primeiro impulso foi dado pela edição da Resolução nº12, de 2012, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, sendo importante ressaltar que os primeiros projetos Pilotos foram iniciados em 2005.

Apesar de a resolução ter sido publicada no ano de 2002, o contexto histórico no Brasil começa a ser trabalhado desde 2005, mediante o projeto piloto instaurado em Porto Alegre, sendo uma iniciativa da recém criada Secretaria da reforma do judiciário, que instituiu um trabalho intitulado “Implementando Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro”.

Seguindo o cronograma de Bianchini (2012), em 1980 foram instalados três centros experimentais de Justiça Comunitária na Austrália, ao passo que, em 1982 foi criado no Reino Unido, o primeiro serviço comunitário de Mediação.

O autor (2012) menciona que, na Nova Zelândia, a Justiça Restaurativa teve o reconhecimento mundial apenas em 1988; ao passo que, em 1990, o autor Americano Howard Zehr, lançou a obra “Trocando as Lentes”. Em 1989 a Colômbia promulgou a sua Constituição Política e, mediante a instituição do seu artigo 250, inciso VIII, trouxe a possibilidade de utilizar, no âmbito da matéria criminal, a Justiça Restaurativa.

Para finalizar, Bianchini (2012) aduz que, em 1994, através de pesquisa realizada nos Estados Unidos, foram localizados 123 programas de Justiça Restaurativa naquele País. Já Portugal publicou a Lei 27/2007 de 12 de 06, que também tratava da Justiça Restaurativa. No Brasil, os primeiros projetos foram criados a partir de 2002, em Porto Alegre – RS, mais especificamente na 3ª Vara Civil do Juizado da Infância e Juventude.

2.2. Desenvolvimento e teorias.

Por se tratar de um instituto novo, a definição da Justiça Restaurativa não se mostra totalmente delimitada. Basicamente, este fenômeno busca intervir em determinado conflito, de modo que as relações abaladas possam ser restauradas, não se exigindo, para tanto, a intervenção do Estado (BRAGA 2014, p. 24).

Para Pinto (2005, p. 19), “[...] trata-se de um processo estritamente voluntário, relativamente informal, com a intervenção de mediadores, podendo ser utilizadas técnicas de

mediação, conciliação e transação para se alcançar o resultado restaurativo [...]", viabilizando-se, assim, a reintegração da vítima e do ofensor, no contexto social.

De acordo com o entendimento de Elenice da Silva (2017), a Justiça Restaurativa consiste em um método de resolução de conflitos, mediante o encontro das partes envolvidas, caracterizando-se pelo fato de possibilitar que as mesmas revejam as consequências advindas do evento danoso, para que posteriores atos errôneos sejam evitados.

Conforme entendimento explanado por Marcelo Gonçalves Saliba (2009), a Justiça Restaurativa pode ser entendida como sendo uma das opções para o sistema penal tradicional, que, sobretudo, não tem o objetivo de mitigar os reflexos punitivos, em prol dos direitos humanos, bem como à dignidade da pessoa humana.

A Justiça Restaurativa pode ser definida da seguinte forma:

Justiça Restaurativa é uma abordagem que visa promover justiça e que envolve, tanto quanto possível, todos aqueles que têm interesse numa ofensa ou dano específico, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de restabelecer as pessoas e endireitar as coisas na medida do possível (ZEHR, 2015, p. 54).

Esta forma de solução de conflitos coloca a aplicação da justiça em moldes democráticos, restaurando a paz na comunidade e buscando a não reincidência. Fundamentando tal posicionamento, Pacheco (2012) aponta que: A finalidade da justiça restaurativa é consertar, reparar o futuro, restaurando relacionamentos, especialmente, entre a vítima, o agressor e a comunidade, visando, ainda, prevenir a ocorrência de novos delitos. [...] a justiça restaurativa busca equilibrar o atendimento às necessidades, não só da vítima e da comunidade, mas também a necessidade da reintegração do vitimário à sociedade. Tem, por primordial finalidade, que todas as partes participem do processo de promoção de justiça de maneira produtiva.

Para a Justiça Restaurativa, o crime ou o ato violento causa dano às pessoas e aos relacionamentos. Portanto, compreende-se que não só a vítima e o agressor são afetados, mas toda a comunidade. O direcionamento é dado para as necessidades que surgem a partir do ato lesivo.

Visando conceder a cada um dos envolvidos, bem como toda a sociedade, uma forma de reparar o direito que a ofensa rompeu, a Justiça Restaurativa permite o protagonismo dos envolvidos na hora de solucionar o conflito. Neste sentido, Russ Immarigeon (apud ROBALO, 2012, p.27), reitera:

A Justiça Restaurativa propõe que a solução do conflito seja proporcionada pelos próprios envolvidos, dando-lhes autonomia para decidirem sobre suas vidas, tendo a reparação dos danos mais efeitos positivos. Por envolvidos entendem-se o infrator, a vítima e todos os demais membros da comunidade que se sentiram atingidos pelo ato lesivo, podendo ser parentes e conhecidos de ambos os principais envolvidos, ou membros mais distantes que se sentiram afetados.

A Justiça Restaurativa pode ser compreendida como um novo modelo criminológico de solução de conflitos, que tem como pilar a conciliação e a intermediação entre o infrator e vítima, enfatizando as instâncias civis e a própria sociedade como mediadoras, em lugar do antiquado e formalista “Estado-Juiz” (SANTOS, 2013, p.43).

Compreende-se também que a Justiça Restaurativa significa qualquer processo em que a vítima e o ofensor e, quando apropriado, qualquer outro indivíduo ou membros da comunidade afetados pelo crime, participam ativamente juntos na resolução dos problemas que surgiram pela prática do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador.

Além de ambicionar restaurar os relacionamentos anteriores, a Justiça Restaurativa pretende evitar novos delitos, ao abrir espaço para que os envolvidos reconheçam seus erros; além de lhe serem apresentadas novas oportunidades, conforme aponta o posicionamento de Robalo (2012, p. 29):

[...] notadamente no que se prende à definição da justiça restaurativa como uma “nova” forma de se solucionarem os conflitos de natureza criminal onde, antes de mais, o que se pretende é o encontro entre a vítima e o agente [...] para que, por um lado, sejam atingidas as finalidades de prevenção especial positiva, ou seja, para que o agente possa daí colher os devidos ensinamentos para o futuro, com um provável arrependimento pelos atos cometidos ao se aperceber das suas consequências para a vítima e, por outro lado, para que esta última tenha a possibilidade de se exprimir e, assim, vocalizar as suas mágoas e angústias e, quiçá, a sua vontade de demonstrar ao agente o mal que este lhe causou.

A ideia de que a Justiça Restaurativa é mais eficaz do que a comum (nos processos em que cabe a aplicação dela), no quesito prevenção, se dá pelo fato da individualização do

caso concreto e do diálogo entre os envolvidos. Nesses casos, quando o infrator é julgado pela justiça comum, o juiz deve buscar ser legalista e o processo se mostra como algo frio, extremamente formal e que, por sua forma, dá grandes margens para sentimentos de vingança e punição excessiva.

Conforme vêm sendo explanado, a Justiça Restaurativa visa identificar as causas e resultados, buscando a solução adequada para cada caso em questão. “Isso porque o delito consiste em um problema que impacta, sobretudo, a vítima e a sociedade, que precisam ser legitimamente restaurados após os prejuízos sofridos” (SANTOS, 2013, p. 44).

Seguindo esse raciocínio, Pacheco (2012) aponta que é deixada de lado a ideia de punição excessiva, para que se faça com que o agente causador sinta-se arrependido de sua conduta, sendo algo mais efetivo, tanto para os envolvidos, quanto para seu círculo social, pois se acredita que, por meio da tomada de consciência, haverá um processo de transformação.

Nos dizeres de Pacheco (2012) a Justiça Restaurativa se destaca no cenário internacional, como uma forma de resolução de conflitos, onde a vítima e o ofensor protagonizam o processo. Surge como uma resposta à pequena atenção dada à vítima e em contrapartida, como alternativa que visa, de certa forma, ressocializar o ofensor, que, em razão da falência do sistema tradicional, costuma não apresentar mudanças reais em suas condutas.

Um dos pontos importantes da efetividade da Justiça Restaurativa é a conciliação. Isto por que ela deixa de lado a busca por um culpado e passa a buscar soluções consensuais, uma vez que tem seu olhar voltado para a restauração dos relacionamentos. É através da conciliação, desse encontro entre vítima e agente criminoso, que se dará o arrependimento dos atos e, portanto, espera-se que o agente não volte a delinquir.

Em relação ao o exposto acima, é possível entender que a ideia do processo restaurativo, seja qual for sua forma, é de fazer com que os membros da sociedade atingidos se reconciliem, fazendo com que não exista uma espécie de “rancor” ou ódio no relacionamento entre eles, mas sim, inúmeros benefícios.

Maria Leonor Assunção (2008 apud ROBALO, 2012) acredita que um modelo informal de mediação ou de intervenção comunitária no conflito vítima/agente, ao invés de visar o estabelecimento da responsabilização pela ofensa, deve objetivar a mútua

compreensão das suas causas e das suas consequências e concretizar um processo de reparação dos danos causados, eventualmente um pedido de perdão e, se possível, a reconciliação/pacificação triangular agente, vítima, comunidade e, desta feita, restaurar os vínculos sociais deteriorados pela conduta criminosa.

É importante destacar os valores que alicerçam a justiça restaurativa, a saber: participação, respeito, verdade, responsabilidade, voluntariedade, reparação e reintegração. A Justiça Restaurativa tem como finalidade o resgate das relações interpessoais de maneira pacífica no ambiente atingido pelo ato lesivo. Os envolvidos se reúnem com uma terceira pessoa – o facilitador - para dialogarem sobre o crime e suas consequências (PACHECO, 2012, p.25 - 26).

Além de se pretender o afastamento da figura do juiz do processo, trazendo a resolução do conflito para os envolvidos, a intenção é distanciar-se dos moldes da vingança, trilhando um caminho mais humanizado, proporcionando o melhor resultado para ambas as partes.

Nesse seguimento, Oliveira (2012, p.62) apresenta que:

[...] as práticas restaurativas não são uma forma primitiva de realização de justiça, nem mesmo se equivalem à justiça pública “oficial”, visto que pressupõem um modelo consensual de resolução de controvérsias, em uma perspectiva menos punitiva, mais equilibrada e humana. Isso porque o crime deixa de ser concebido enquanto ofensa a um bem jurídico pelo desatendimento de uma norma abstratamente veiculada (ou seja, enquanto infração estatal decorrente de violação da lei), para traduzir-se em uma ruptura do relacionamento entre os sujeitos.

Porém, a reparação não ocorre apenas no âmbito jurídico, conforme ensina Trindade (2010), mas alcança toda e qualquer forma que possa resolver o conflito, ou seja, não são apenas os danos físicos e materiais que estão em questão, mas também toda a parte emocional do conflito que a justiça comum não consegue administrar.

É inegável o poder de transformação que a Justiça Restaurativa apresenta: ao mesmo tempo em que a justiça será aplicada de forma satisfatória aos envolvidos, permitindo relações mais humanas, favorecendo um cenário pacífico, ela é capaz de reduzir significativamente as práticas ofensivas.

A Justiça Restaurativa é um novo paradigma, fundamentado em uma cultura de paz e oferece meios de resolução de conflitos que não se restringem ao campo jurídico, mas podem ser aplicados em áreas diversas como, por exemplo: em comunidades, escolas e na própria família. Ela visa reduzir a aplicação de penas privativas de liberdade, reduzindo assim a brutalidade dos mecanismos punitivos estatais, buscando solucionar os conflitos de forma pacífica e conciliadora. (PACHECO, 2012).

Pode-se definir a Justiça Restaurativa como o processo em que o Estado objetiva diminuir a aplicação das penas, resolvendo os conflitos de forma mais efetiva, envolvendo os membros da sociedade que foram afetados pela prática criminosa. Estes membros são: a vítima, o autor do crime e todo e qualquer membro da sociedade atingido por ele.

Se ocorrer de as partes entrarem em consenso, o acordo firmado é encaminhado para o juiz, para que seja homologado.

O autor do delito, em alguns casos, repara os danos de forma prática, podendo ser através de indenizações ou serviços a serem prestados, por exemplo. Para o ofensor, a Justiça Restaurativa busca uma conscientização do ocorrido, bem como que, ao sentir empatia, este possa buscar a não reincidência. Para a sociedade, a reparação vem em forma de esperança de solução da situação ocorrida.

Entretanto, é necessário destacar, que não são todos os casos em que as partes conseguem chegar a uma solução. Assim, se existente o processo, ele prossegue normalmente, e, de toda a forma, os resultados das práticas restaurativas, por diversas vezes, se mostram presentes na vida daquele que esteve envolvido no delito.

Nesse sentido, Pinto (2008) diz que a ideia então, é voltar-se para o futuro e para restauração dos relacionamentos, ao invés de simplesmente concentrar-se no passado e na culpa. A justiça convencional diz: Você fez isso e tem que ser castigado! A justiça restaurativa pergunta: O que você pode fazer agora para restaurar isso?

2.3. Justiça Restaurativa na América Latina (e no Brasil).

Visto que os índices criminais dobraram na América Latina nos anos oitenta e triplicaram nos anos noventa, a incapacidade judicial foi exacerbada. Como a maior parte deste aumento consiste em crimes violentos, e a cobertura da mídia sensacionalista dificulta

ainda mais o problema, o sentimento de insegurança aumenta, incentivando, assim, políticas mais duras no combate ao crime. Estes fatores se combinaram, para não só criar uma crise no sistema judiciário, mas também uma situação de prisões superlotadas, o que resultou na violação de convenções de direitos humanos e no prolongamento do ciclo de violência (Chinchila 1999; Carranza 2001 *apud* PARKER, 2005). Um estudo do Continente em 2001 descobriu que 25 dos 26 países latino-americanos e caribenhos, para os quais havia dados, apresentaram superlotação nas prisões em 1999. Os Países restantes estavam com 100% de sua capacidade (Carranza 2001, *apud* PARKER, 2005).

Tendo em vista que as instituições governamentais provaram ser incapazes de atender as necessidades dos cidadãos, altos níveis de criminalidade e de insegurança alimentaram uma falta de confiança nas instituições governamentais, especialmente nos tribunais. Esta falta de confiança pode resultar em apoio para respostas ainda mais duras ao crime, confiança em justiceiros e um declínio geral da confiança nas instituições democráticas. Por estas razões, os esforços para a reforma na justiça tem sido grandes na agenda de agências de desenvolvimento e dos governos por vários anos. Os esforços de reforma incluem: a criação de novas Leis, o fortalecimento do judiciário, o desenvolvimento de processos administrativos mais eficientes nos tribunais, o aumento da educação legal e a provisão do acesso à justiça (Daniels, et. Al. 2004; Hammergren 1998 *apud* PARKER, 2005).

Como alternativa ao sistema vigente, se formaram as estruturas da justiça paralela (também conhecida como justiça comunitária) na América Latina, que buscam ser flexíveis e receptivas às necessidades particulares das comunidades e dos participantes em um conflito ou crime. Uma fonte destas estruturas são as práticas indígenas, reconhecidas nas constituições de países como a Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Estas estruturas preveem um foro para os indivíduos solucionarem conflitos de uma maneira mais satisfatória que os procedimentos estatais formais. Estas estruturas de justiça de comunidade também olham, além do incidente específico, para o conjunto: pessoa, comunidade, e circunstâncias que cercam o evento, com o objetivo de identificar causas e soluções (Ungar 2002, p. 213-216 *apud* PARKER, 2005).

O desenvolvimento de tais experiências comunitárias de raiz tem crescido para além dos esforços voltados a conter culturas de violência específicas e localizadas.

Dois exemplos vêm da Colômbia, nos dizeres de PARKER (2005). O primeiro é a Mesa da Paz, desenvolvida por prisioneiros na prisão de Bellavista, em Medellin. Líderes presos de gangues rivais da comunidade viram a necessidade de mudar e tentaram desenvolver um mecanismo não violento para resolver suas diferenças. Os líderes negociam soluções para conflitos entre seus seguidores que estão fora da prisão (PARKER, 2005, p. 252).

O Segundo é uma ONG chamada Casa Mia, localizada em um dos bairros da periferia de Medellin. Os membros da Casa Mia foram anteriormente membros de gangue com longo histórico de crimes violentos. O líder da organização, Jair Bedoya, foi o líder de uma dessas gangues. Depois de ver um filme sobre a vida de Ghandi, ele percebeu que aquela guerra no bairro não só estava dizimando as gangues, mas também destruindo a qualidade de vida de grupos da comunidade. Ele negociou o cessar-fogo com as gangues rivais e tentou afiançar um acordo de desmobilização com o governo. O último esforço falhou devido a políticas governamentais, mas o grupo continua seu trabalho com a pacificação da comunidade. A Casa Mia desenvolveu processos de diálogo para utilizar quando houver um crime ou conflito. É chamada frequentemente quando há um roubo no bairro para mediar uma solução entre a vítima e infrator. Trata-se, em suma, de uma camada de grupos que trabalha ao nível populacional e deseja tanto um público, quanto resultados mais amplos que os imediatos da comunidade de base. Eles começaram com reuniões informativas e realizando treinamentos junto à crianças e adultos. O treinamento incluía informação de como deveriam ser tratadas as vítimas de violências e suas famílias. O projeto foi mais tarde assumido pela Igreja católica local, a Paroquia del Señor de la Misericordia, com o treinamento contínuo do Centro de Assistência às Vítimas de Delito (CENAVID). As outras atividades do CENAVID incluem treinamento para os funcionários da justiça e funcionários públicos por todo o México, a promoção de mediação e resolução alternativa de conflitos, e consultas na criação de centros de mediação (PARKER, 2005, p. 253).

A experimentação com mecanismos de justiça alternativa pavimenta o caminho para a inclusão do processo da Justiça Restaurativa no sistema de justiça criminal. Enquanto o processo da resolução alternativa de conflitos foi desenvolvido originalmente para satisfazer as necessidades do sistema de justiça formal, estes processos atraem uma audiência muito maior, como pode ser visto no desenvolvimento de iniciativas de justiça de comunidade. As

motivações para a adoção destes projetos são de uma gama extensa e incluem: (1) introduzir uma cultura de paz em sociedade; (2) criar espaços novos de transparência no sistema de justiça; (3) prover acesso à justiça para os excluídos; (4) construir uma comunidade em lugar da insegurança e (5) satisfazer as necessidades de vítimas e infratores (PARKER, 2005).

De acordo com a organização “Corporación Excelencia en la Justicia”, o esforço para conceber essas mudanças foi motivado pelo desejo de melhorar o tratamento de vítimas, permitindo-lhes participar na resolução de conflitos criminais, se elas assim desejassem. A meta é satisfazer as necessidades de vítimas e restabelecer a paz social. A legislação Chilena oferece outro processo com elementos restaurativos: o acordo reparador. O acordo reparador focaliza as necessidades de ambas as partes: vítima e infrator. É aceita a participação da vítima no procedimento judicial, que permite que haja a celebração de acordo reparador para finalizar o processo penal (Ruz Donoso 1998, *apud* PARKER, 2005, p. 254).

Como um método alternativo para solucionar conflitos - neste caso, um crime - o acordo reparador é um mecanismo para aliviar o congestionamento de tribunais e prisões. Ao mesmo tempo, oferece uma abertura para as vítimas e infratores terem voz no processo de justiça. Isto reduz o impacto negativo, social e econômico, do encarceramento, sobre o infrator e sua família, ajudando, desse modo, na sua reintegração. Para as vítimas, os acordos promovem a reparação direta. Um acordo pode incluir um pagamento em dinheiro à vítima, reparação simbólica, por meio de serviços comunitários, doações para instituições locais, ou ambos. Podem ser usados acordos reparadores em alguns crimes de propriedade, fraude, ou agressões secundárias (Ortega Sandoval, 2000 *apud* PARKER, 2005).

Ocorre que, na América Latina, os poderes dos Estados encarregados de fazer justiça parecem estar avançando na direção de novas definições de respostas, que tendem a reconhecer e percorrer caminhos comunicadores que se vinculam a movimentos participativos geradores de respostas. Por outro lado, são conhecidos os alarmantes índices de delinquência, que dão conta do decréscimo da qualidade de vida e a baixa taxa de resolução judicial, o que instala um sentimento de impunidade, com respostas incertas frente ao delito, que se decodificam em, por exemplo, um universo de 135.852 causas penais que ingressaram na justiça ordinária da capital federal da Argentina iniciadas no ano 2000. O sistema resolveu 9%, arquivou 71% das causas e mantém em trâmite o restante. (PAZ e PAZ, 2005, p 125).

De outra face, podemos observar que, na América Latina, há alguns anos, aparecem nas sociedades, os movimentos populares: movimentos dos sem-terra no Brasil, autoconvocados na Argentina, grupos de foreiros, associações de vizinhos, movimentos de vítimas, de minorias, de grupos vulneráveis e movimentos religiosos, que dão conta da necessidade de registrar sua reclamação. Em contrapartida à sua cada vez mais visível presença, não se observa por parte do Estado uma estratégia forte de resposta. No entanto, em diferentes latitudes, estes movimentos foram a base do surgimento de movimentos restaurativos com base comunitária e popular. Gente comum que se compromete com outros para controlar de maneira coletiva suas vidas, com uma estratégia que inclui níveis de participação de baixo para cima. Feita esta análise, pode-se enquadrar a Justiça Restaurativa ou Restauradora, como um processo onde as partes, ao sofrer algum tipo de delito, resolvem, coletivamente, como abordar as consequências do mesmo e as suas implicações para o futuro (PAZ e PAZ, 2005, p.126).

Já no Brasil, destaca-se desde já que a Justiça Restaurativa foi instituída em 2005, através da Secretaria da Reforma do Judiciário/Ministério da Justiça, que atuou de maneira a promover o projeto nominado como “Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro”.

Conforme nos ensina Aloma Ribeiro Felizardo (2017, p. 90), Porto Alegre foi a primeira cidade a implementar as práticas restaurativas, efetivando-se nos ambientes escolares, mediante a campanha “Programa Justiça para o Século 21 – Instituinto Práticas Restaurativas”. Posteriormente, mais precisamente em 2006, o Estado de São Paulo foi aderindo à prática restaurativa, tendo sido inicialmente albergada pelo município de São Caetano do Sul, estando atualmente propagada em todo o Estado.

Entre diversos os países que também vêm adotando a justiça restaurativa, o Brasil se destaca, a partir de junho de 2005, quando a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério d Justiça – MJ, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, decidiram implementar projetos de justiça restaurativa em três estados da Federação – São Paulo, em São Caetano do Sul; Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; e Distrito Federal, na cidade do Núcleo Bandeirante. (ORTEGAL, 2006, p.15).

Os êxitos mais expressivos ocorreram em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul sob o comando do juiz Rezende de Melo. A Justiça Restaurativa vem sendo aplicada na 3ª Vara da Infância e da Juventude através das medidas socioeducativas (DA SILVA, p. 70).

As práticas restaurativas foram sendo realizadas de forma principal nos casos que envolviam adolescentes reincidentes, uma vez que eram aplicadas apenas na fase processual, por conta da grande resistência dos magistrados.

Sobre o procedimento adotado, Karina da Silva (2007, p.71) apresenta que:

Os critérios para a seleção dos casos são a admissão pelo adolescente da autoria do cometimento do ato infracional, ter vítima identificada e não ser caso de homicídio, latrocínio, estupro nem de conflitos familiares. Na prática, a maior parte dos atos infracionais atendidos pelo programa são roubo qualificado e furto. A participação da vítima e do ofensor é voluntária. Após ser feita a seleção inicial dos casos, segue-se a etapa do Pré-Círculo, que consiste em explicar às partes o que é justiça restaurativa, a dinâmica do círculo e verificar o seu interesse em participar. Esses contatos são feitos com ofensor e vítima separadamente. Primeiro contata-se o adolescente e sua família para, somente depois, se estes aceitarem participar, contatar a vítima. Após, seguem-se os Círculos Restaurativos. Estes duram em média uma hora e meia; ocorrem numa sala do Fórum destinada exclusivamente para o programa e são conduzidos por dois coordenadores, que desempenham o papel de facilitadores. Os coordenadores têm a função de assegurar que todos tenham a oportunidade de se expressar, de certificar que se sentiram escutados e, ainda, de contribuir para a definição do acordo/plano. Obtido um acordo/plano, este é redigido pelo coordenador, assinado por todos e cada um recebe uma cópia. Após, é feita uma audiência sem a presença das partes para avaliação e homologação do acordo. Depois, o adolescente é encaminhado para o Programa de Execução de Medidas Socioeducativas e um técnico é responsável por acompanhar o cumprimento do acordo pelo adolescente, enquanto um coordenador do Círculo acompanha as necessidades da vítima e, se necessário, a encaminha aos serviços sociais adequados. Por fim, há os Pós-Círculos, que são feitos após 30 dias da realização dos Círculos, oportunidade em que os Coordenadores entram em contato com as partes e verificam se o acordo foi cumprido.

Apesar de ser inegável o reconhecimento da utilização das práticas restaurativas, contudo, no caso de Porto Alegre, não foram utilizadas todas as características que são atribuídas a Justiça Restaurativa: sua utilização se deu apenas em casos em que o processo já estava formado.

Na Bahia, a aplicação da Justiça Restaurativa, em termos de objetivos e características, obteve avanço significativo. Com a Resolução n. 8 de 2010, do Tribunal de

Justiça do Estado da Bahia (NUPEMEC, 2011), foi criado o Núcleo de Justiça Restaurativa com a seguinte perspectiva: A Justiça Restaurativa tem como ferramenta de atividade o consenso e, para alcançá-lo, vítima, infrator, terceiros afetados pela infração e membros da comunidade refletem, transformam e constroem soluções para os conflitos causados pelo crime.

A Justiça Restaurativa chega como mecanismo de transformação social, uma vez que abre caminho para a forma participativa de promoção da paz social, dando possibilidade de conciliação às vítimas e, aos agressores, de resolverem os transtornos oriundos dos conflitos sociais. (NUPEMEC, 2011).

Além do mais, o Núcleo de Justiça Restaurativa desenvolve mensalmente palestras para a comunidade, aproximando-a do interesse em participar das soluções de conflito.

No site do Tribunal de Justiça da Bahia, especificamente na área do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, é possível encontrar as estatísticas do ano de 2014, sendo que, em 60 casos, tendo sido realizados 32 acordos, com atuação em uma área de aproximadamente 1.200.000 habitantes, conforme informações constantes do site do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (2011).

Introduzida e em funcionamento há cerca de 10 anos no Brasil, a prática da Justiça Restaurativa tem se expandido pelo país. Conhecida como uma técnica de solução de conflitos que prima pela criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores, a prática tem iniciativas cada vez mais diversificadas e já coleciona resultados positivos.

Nos dizeres de Luísa de Carvalho (2014) em São Paulo, a Justiça Restaurativa tem sido utilizada em dezenas de escolas públicas e privadas, auxiliando na prevenção e na diminuição do agravamento de conflitos. No Rio Grande do Sul, juízes aplicam o método para auxiliar nas medidas socioeducativas cumpridas por adolescentes em conflito com a Lei, conseguindo recuperar para a sociedade, jovens que estavam cada vez mais vulneráveis socialmente. No Distrito Federal, o Programa Justiça Restaurativa é utilizado em crimes de pequeno e médio potencial ofensivo, além dos casos de violência doméstica. Na Bahia e no Maranhão, o método tem solucionado os crimes de pequeno potencial ofensivo, sem a necessidade de prosseguir com processos judiciais.

Também, nesta mesma linha, a autora aponta que a Justiça Restaurativa é incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Protocolo de Cooperação para a difusão da Justiça Restaurativa, firmado em agosto com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) (CARVALHO, 2014).

Portanto, tem-se que a história da Justiça Restaurativa é relativamente recente e vem de um movimento político e social que acompanha a conjuntura mundial e os novos problemas que surgem com a própria evolução humana.

A resolução de conflito que se utiliza dos métodos restaurativos tende a colocar em evidência os valores fundamentais das relações humanas, buscando uma verdadeira solução para aquela situação, que traga impactos na vida de cada envolvido, a fim de que os resultados se apresentem também em seu âmbito social e emocional, que muitas vezes é deixado de lado pela prática jurídica.

3. PRÁTICAS CIRCULARES DE PAZ / DIÁLOGO

As práticas dos processos circulares surgem como vertentes da Justiça Restaurativa, numa nova abordagem para promoção da Cultura de Paz, podendo ser aplicadas em qualquer contexto social. Este trabalho estuda a prática dos círculos de diálogo, uma das técnicas preventivas de conflitos, por meio das abordagens de autores como, Kay Pranis, Marcelo Pelizzoli e Howard Zehr, sobre os avanços destas ferramentas como fomentadoras de agentes transformadores para a promoção da paz. Em suma: os círculos de diálogo representam a essência, os propósitos, os princípios e os valores das práticas restaurativas e da cultura da paz. Podem ser utilizados nos mais variados espaços de convivência social. Incentivam crianças, adolescentes, jovens e adultos a se conectarem entre si, melhorarem a comunicação e transformarem conflitos em ações criativas e positivas.

Sua estrutura cria um espaço intencional que possibilita liberdade para cada integrante: expressar a verdade pessoal, estar inteiro e presente no processo, ter recursos necessários para revelar as aspirações individuais mais profundas, conseguir reconhecer erros e medos, liberar as defesas e máscaras, potencializar e trazer para a vivência, os valores mais fundamentais, evocar a sabedoria individual e coletiva, reconhecer e acessar dons e potenciais

criativos, envolver os outros participantes em todos os aspectos da experiência humana – mental, física, emocional e espiritual por meio da construção de significados e pertencimento.

3.1. Conceito

Um círculo de Construção de Paz de “relacionamento” com o método Kay Pranis (Justiça Restaurativa) é uma roda de pessoas que compartilharão por algumas horas de um diálogo em um ambiente seguro, com as regras previamente pactuadas por todos os componentes do círculo. É estabelecido um objeto da palavra (para que os integrantes saibam que a fala é de quem está de posse do objeto) para cada participante. O diálogo é conduzido por perguntas previamente pensadas e organizadas pelos coordenadores do processo e todos poderão se colocar e partilhar ideias. É um processo de humanização, oportunizando crescimento íntimo a todos que participam.

A meta é que, por meio da realização dos Círculos de Diálogo, seja possível a criação de um espaço seguro no ambiente, restaurando o diálogo como base para uma comunicação não violenta, empoderando as partes na resolução dos seus conflitos.

O círculo, nos dizeres de PRANIS (2011) em seu conceito, é um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para discutir problemas muito difíceis ou dolorosos, a fim de melhorar os relacionamentos e resolver diferenças. A intenção do círculo é encontrar soluções que sirvam para cada membro participante. O processo está baseado na suposição de que cada participante do círculo tem igual valor e dignidade, dando então voz igual a todos os participantes. “Cada participante tem dons a oferecer na busca para encontrar uma boa solução para o problema” (PRANIS, 2011, s.p.).

Os Círculos de Construção de Paz são uma das principais metodologias aplicáveis nas práticas restaurativas. Mais do que isso, trata-se de uma ferramenta metodológica aplicável em situações não necessariamente associadas a conflitos interpessoais. Círculos de Convivência, Círculos de Construção de Comunidade, Círculos de Diálogo ou Círculos de Cura, por exemplo, são aplicações que promovem uma ambientação restaurativa, a par de permitirem que facilitadores iniciantes façam seu treinamento em serviço em situações que apresentam menor grau de dificuldade;

Na mesma forma que previamente explanado, os relatos das práticas em círculos datam das raízes dos povos nativos do mundo e, especificamente os Círculos de Diálogo, dos indígenas da América do Norte, servindo de fonte de sabedoria para as culturas ocidentais modernas (PRANIS, 2010, p. 19).

A Teoria dos Processos Circulares para Construção de Paz surge a partir da noção de criação de possibilidades para um entendimento mútuo, onde seja trabalhada a liberdade de expressão, revelando aspirações profundas, focando no que concebemos como valores fundamentais (PRANIS, 2010, p. 25).

Parte do processo dá-se por meio do empoderamento individual, partindo do coletivo, que “só na qualidade de participantes de um diálogo abrangente e voltado para o consenso, que somos chamados a exercer a virtude cognitiva” (HABERMAS, 2004, p. 10), a qual o autor atribui como uma condição para ser alcançada: a auto investigação, no processo de percepção da Teoria da Ação Comunicativa.

Messari e Nogueira (2005), tratando das Teorias Críticas, afirmam que:

[...] Ao contrário das teorias de solução de problemas, a teoria crítica reconhece a necessidade de refletir sobre uma realidade em constante mudança e assume seu interesse em transformar tal realidade no sentido de superar as formas de dominação existentes. Da mesma forma, na medida em que está em sintonia com a mudança, a teoria crítica procura sempre atualizar seus conceitos de modo a ser capaz de acompanhar a natureza dinâmica de seu objeto de estudo e ser capaz de melhor analisar o significado dos conflitos e contradições que movem os processos históricos (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 161).

A necessidade de rediscutir as estruturas políticas que dividem a humanidade ao argumentar as formas de exclusão promovidas pelo particularismo do Estado-nação propõem que a teoria crítica “é, bem entendido, uma teoria interessada na emancipação e tem um claro conteúdo normativo que a torna objeto de constantes críticas das teorias positivistas” (MESSARI E NOGUEIRA, 2005, p. 146).

Os teóricos críticos sugerem neste contexto, novas bases para o relacionamento entre comunidades políticas de modo a negar e superar uma ética que exclui. Linklater, em sua construção teórica sobre uma comunidade de diálogo, diz que a inclusão deve ser fruto da

remoção de obstáculos, com o objetivo na ação política, de forma que, esta, seja possível por meio de um diálogo “que inclua um conjunto sempre mais amplo de pessoas” (MESSARI E NOGUEIRA, 2005, p. 148).

Linklater traz essa concepção para um nível que transcenda as fronteiras, tornando-se global uma racionalidade prático-moral que assuma um caráter normativo e emancipatório, promovendo transformações na sociedade, gerando espaços de autonomia e liberdade dos indivíduos, de modo a criar condições para a redução das injustiças e desigualdades, resultantes da estrutura do sistema internacional. A inclusão, por meio de formas de representação de grupos excluídos do universo político doméstico pela regra da soberania em decisões políticas que potencialmente causem algum dano em suas vidas (LINKLATER *apud* MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 154).

Entende-se o diálogo como fator determinante na produção de ideias e significados compartilhados, estabelecendo uma reflexão conjunta e observação cooperativa. “O diálogo amplia a percepção cooperativa real. Sua marca fundamental é, pois, a fertilização mútua” (MARIOTTI, 2001, p. 6).

O entendimento mútuo é um passo importante para alcançar uma concepção sobre uma verdade consensual. É também um mecanismo que objetiva a conexão interativa na coordenação de ações no diálogo (HABERMAS, 1989, p. 165).

A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas tem a pretensão de demonstrar as estruturas simbólicas existentes no mundo e na vida como reproduzidas normalmente e sem estorvos, cabendo ao agir comunicativo, uma forma de interação coordenada pela linguagem. A linguagem carrega a razão comunicativa como uma pretensão a ser considerada válida, gerando a capacidade de interação que produza um consenso fundamentado e argumentativo que motivará a ação (SIEBENEICHLER, 2003, p. 153).

Soma-se a esta ideia o entendimento mútuo para a promoção da paz por meios pacíficos, que se liga intimamente ao entendimento do que seja conflito. Johan Galtung (2003, *apud* Concha, 2009), em sua Teoria de Conflitos, entende o mesmo como algo humano, não necessariamente ruim e violento. Galtung ressalta as premissas da ‘paz negativa’, como a diminuição da violência direta, a diminuição do sofrimento e, em sua versão positiva, focando na redução da violência estrutural e cultural.

As Práticas Circulares têm se mostrado restaurativas na construção das relações humanas. Os tipos de círculos descritos por Pranis (2001) valorizam a voz dos indivíduos ligados à situação de conflito, de maneira que os mesmos formulem, através do diálogo, premissas para que novas expressões, opiniões e afirmações colocadas pelo sujeito possam ser acordadas por outros agentes.

O Círculo de diálogo torna-se uma ferramenta de inclusão social, que inclui o indivíduo no sentido primeiro da Justiça, que é a inclusão na sociedade, comunidade (PELIZZOLI, 2014, p. 135). Por meio de uma escuta autêntica pode-se verdadeiramente compreender as raízes do conflito e desenvolver soluções preventivas.

Segundo Pranis (2010) os Círculos de Construção de Paz são processos facilitadores que estão sendo utilizados em variados contextos sociais e que envolvem diversos protagonistas: a vítima e seus apoiadores, o ofensor e seus apoiadores, membros da comunidade e membros relevantes do sistema judicial.

São reconhecidos como modelos principais de uma prática restaurativa: a Mediação, a Conciliação, a Reunião de Grupo Familiar ou Comunitária e Círculos Decisórios ou Grupos de Sentença (DIAS & MARTINS, 2011). O círculo é um processo para organizar a comunicação em grupo, que tem por finalidade a construção de relacionamentos, tomada de decisões e resolução de conflitos de forma eficiente (BOYES & PRANIS, 2011, s. p.).

Para Pelizzoli (2014) na mediação oficial realizada pelo sistema judiciário não são desenvolvidos (em sua maioria): a explanação das dores e os efeitos do ato ofensivo; desta forma, não há diálogo.

O autor especifica ainda que no formato de uma mediação judiciária não se desacelera “o tempo utilitário em prol dos tempos de recomposição de encontro e responsabilidades” (PELIZZOLI, 2014, p. 140), culminando em vítimas que não conseguiram expor sua demanda de modo amplo e tal a senti-las restauradas; bem como ofensores que simplesmente não se sentem responsáveis por seus atos. O autor considera que mesmo as negociações, conciliações e arbitragens, que são um método tradicional dos processos judiciais, evidenciam uma falta de abertura, no intuito de que ocorra a circulação das dores, afetividades, raivas, emoções, palavra ampla, reclames, tomadas de consciência, presença de espírito, acesso à alma familiar ou comunitária. Não ocorre o Encontro e o Diálogo.

Por sua vez, o Círculo de Diálogo responde a um modelo sistêmico, integrativo, apontando para uma interdependência de fatores, uma visão de rede, com abertura de espaços de autogestão de conflitos, com intuito preventivo e construtivo.

A partir da concepção da importância do diálogo para a construção de um círculo restaurativo, observa-se que a reflexão conjunta e observação cooperativa da experiência é uma metodologia que busca a melhoria da comunicação entre as pessoas, produzindo ideias novas e significativas, compartilhadas sem julgá-las de imediato (MARIOTTI, 2001, p. 22).

Com intuito de investigar as relações humanas para uma prática significativa de tais valores estruturantes, Harold Gatensby, pesquisador dos processos em círculo do povo Tlingit da cidade de Carcross, em Yukon, Canadá, tem aplicado a tradicional Roda da Medicina, igualmente dividida em quatro partes e que aborda que o tempo gasto no esforço para que os participantes do círculo se conheçam, a fim de criar entendimento e conexão, deve ser correspondente ao mesmo tempo gasto na discussão do problema e na criação de planos de ação (PRANIS, 2010, p. 57-58).

A prática nos Círculos de Diálogo defende a promoção de um ambiente seguro para todos os envolvidos. A partir desta concepção, vê-se a necessidade de uma compreensão teórica do diálogo para a ação comunicativa, de forma que haja a expansão no conceito de segurança.

A dinâmica dos Círculos funciona da seguinte forma: inicialmente, devem ser considerados alguns pontos acerca da implementação do Círculo de Diálogo. Utiliza-se da mesma dinâmica para os diversos círculos restaurativos, contudo cada círculo. O formato espacial demonstra uma horizontalidade, igualdade entre as partes, promovendo a participação de todos (PRANIS, 2010, s.p.).

A metodologia do círculo desenvolve mecanismos estruturantes propositalmente nesta ordem:

- Uma cerimônia de abertura, buscando estabelecer os primeiros contatos de interação do círculo;
- Construção do Centro do Círculo, onde serão colocados os valores a serem compartilhados por todos os membros, também chamados de linhas guias do círculo;
- Apresentação do objeto da fala ou peça de diálogo, que regula o diálogo no círculo, peça fundamental para a promoção das emoções;

- Instituição do Facilitador/Guardião como o responsável por facilitar e supervisionar a qualidade do espaço coletivo, estimulando reflexões através de indagações geradas pelo próprio grupo;
- As Orientações que serão estabelecidas pelos membros do círculo e direcionarão o diálogo para os valores comungados inicialmente, fomentando formas de atuação futura; por fim o Processo Decisório Consensual, que têm por objetivo garantir o comportamento futuro dos membros a partir de uma decisão tomada conjuntamente (PRANIS, 2010, s.p.).

O Empoderamento, a prevenção de conflitos e o desenvolvimento comunitário são pontos-chaves, base de uma prática que se propõe a instaurar, de forma colaborativa, nos mais diversos ambientes da comunidade, um senso de segurança coletiva, que são assegurados dentro das técnicas de implementação do Círculo de Diálogo. Este círculo é a base para prevenção de conflitos, pois permeia as interações para além da formalidade, adentrando mais na raiz do processo, nos sentimentos envolvidos, nos sentimentos gerados, reconstruindo o diálogo a partir dos anseios, e reflexões de cada pessoa exposta em círculo.

3.2. A preparação do círculo para um diálogo que proporcione um espaço protegido.

Os Círculos de Diálogo por si só já sugerem um ambiente favorável. É necessária a aceitação de todos os que participarão, se caracterizando como um procedimento voluntário. Para que um espaço seguro seja propiciado aos envolvidos, são utilizadas diversas técnicas que possuem escopo de integrá-los ao círculo corporalmente e mentalmente, elevando a empatia entre os envolvidos, sempre atentando à paz que ali deve prevalecer.

Segundo Zehr (ZEHR 2008, *apud*, PELIZZOLI, 2014), a lente ou filosofia restaurativa tem cinco princípios-chave ou ações, quais sejam: focaliza o dano e as consequentes necessidades das vítimas, assim como das comunidades e dos ofensores; ocupa-se das obrigações que resultam desses danos (as obrigações dos ofensores, assim como da comunidade e da sociedade); usa processos inclusivos e colaborativos; envolve aqueles com uma participação legítima na situação, incluindo vítimas, ofensores, membros da comunidade e a sociedade; busca reparar os erros.

Também, segundo o autor, pode-se diagramar a Justiça Restaurativa como uma roda. No centro está a busca pela reparação dos erros e danos. Cada raio representa um dos quatro outros elementos essenciais destacados acima: focalizar os danos e necessidades, ocupar-se das obrigações, envolver os participantes (vítimas, ofensores, e comunidades de cuidado), e, ao máximo possível, usar um processo inclusivo e colaborativo. Isso precisa ser feito, obviamente, numa atitude de respeito por todos os envolvidos.

Ainda, nos dizeres de Zehr (ZEHR, 2008 *apud* PELIZZOLI, 2014, p.3):

“A Justiça Restaurativa é um processo para envolver, ao máximo possível, aqueles que têm um papel num evento ofensivo específico, e para coletivamente identificar e cuidar dos danos, necessidades e obrigações decorrentes, de modo a curar e corrigir o mais possível o malfeito”.

Segundo Pelizzoli (2014), o Círculo de Diálogo propicia um encontro real e é também uma metáfora do mundo significativo em ordem dinâmica em que precisamos constantemente nos reinserir, pois vivemos sob o signo da impermanência: do tempo, dos acidentes e acontecimentos, em especial aqueles chamados de violência. Por isso que, em geral, ele dispõe elementos no seu centro, objetos simbólicos que representam valores culturais, espirituais, relacionais, e em geral elementos da natureza, como água, pedra, tecido, sementes, etc. Contém também um *objeto da fala*, com o qual se aprimora a organização e o foco da atenção em quem está falando e no clima da fala. O objeto da fala mostra-se muito útil, pois dá o tempo necessário ao sujeito que precisa expressar-se, e ao mesmo tempo ensina o silêncio, o respeito, o exercício da escuta e paciência. Igualmente, ele contém um tipo de peso ou poder, o que faz com que aquele que o detém, de algum modo, se dê conta de que pode estar monopolizando e que o objeto não pertence a ninguém em particular.

Neste sentido, Pelizzoli conceitua que o círculo é um espaço em que se (re)criam laços, onde se tem um lugar seguro, onde se pode expressar dores, emoções de vários tipos, tristeza, choro, raiva, lamentos, e ao mesmo tempo ter um suporte. Não é fácil dar suporte, pois exige a capacidade para o diálogo, para suportar a dor do outro, o que remete a suportar a sua própria dor. Muitas vezes, alguém não suporta o outro, a dor dele, a raiva, o medo, a fragilidade, porque não suporta em si tais coisas, ou é tocado intimamente, demasiadamente

para ele. Nos dizeres do Autor: “Se sou abalado pelo outro, posso tender a fugir, a proteger-me. A vantagem do círculo é que contém uma força maior do que um ou dois dialogantes, força esta que pode fazer suportar o que o encontro traz de pesado” (PELIZZOLI, 2014, p.12).

Pelizzoli (2014, p.12), também diz que a magia ou força do Círculo encontra-se já antes mesmo de seu acontecimento. Encontra-se latente na vontade das pessoas de se entenderem com as outras, de terem voz, espaço, serem respeitadas, ou mesmo de pedir responsabilidade como elã de justiça a algum malfeito. A intenção inter-humana, de reparar, de sanar a dor que se apresenta como mágoa, ressentimento, vergonha, ferimentos emocionais envolvendo tristeza, raiva, medo e similares é a mais forte disposição para que um diálogo e uma restauração ocorram.

Depois, é necessário contar com o bom veículo dos facilitadores e mediadores; os quais facilitam a tessitura de um pequeno sistema – comunidade, pessoas que se reúnem, famílias, grupo – ou rede que tende à reparação e cura de rupturas sofridas em suas tramas. Se a força da intenção de base dos envolvidos for grande, apresenta-se então a capacidade de romper com as barreiras do medo/raiva que fecham o encontro, bem como romper com a vergonha, ou a culpa, que também podem bloquear; ou romper com a indiferença, ou romper ainda com o tempo utilitário, o autocratismo judicial - o frio mecanismo kafkiano que atropela as comunidades, as vítimas e mesmo os ofensores.

Neste sentido, ainda nas letras do referido autor, o chamado pré-círculo é um espaço propedêutico que já acessa as possibilidades/tessituras dos envolvidos, no sentido da primeira abertura à solução e ao estabelecimento de confianças entre o mediador e as partes em separado (PELIZZOLI, 2014, p.13).

Portanto, o pré-círculo já é parte de todo o processo circular, tendo em vista que os facilitadores e co-facilitadores tem como objetivo dar diretrizes necessárias para a realização deste encontro aos participantes, colhem dados a respeito da questão controversa que ali será discutida, e, ainda, orientam a respeito da preparação corporal/espiritual.

De acordo com PRANIS (2011) a responsabilidade do facilitador é ajudar os participantes a criar um espaço seguro para a sua conversa e monitorar a qualidade do espaço durante o tempo que o círculo estiver acontecendo. Se o ambiente se tornar desrespeitoso, é responsabilidade do facilitador chamar a atenção do grupo para esse problema e ajudar o

grupo a restabelecer um espaço de respeito. As seguintes qualidades são úteis para realizar essa tarefa: paciência, humildade, escuta atenta e profunda, aceitação de que todos merecem respeito, disposição para lidar com a incerteza, habilidade para compartilhar responsabilidade.

Fazer uso de um processo circular não é simplesmente colocar as cadeiras em círculo. Uma preparação cuidadosa é essencial para que se tenha uma boa prática quando se utilizar esse processo.

Os dois Co-Facilitadores do Círculo juntos, se encontram com cada pessoa que concordou em participar, de maneira individual. O objetivo dos pré-encontros inclui (PRANIS, 2011, p.13): Ouvir a história ou a perspectiva daquela pessoa no que se refere à situação; explicar o processo; responder a perguntas a respeito do processo – como funciona, quem estará presente; determinar se a pessoa tem preocupações sobre sua participação; identificar pessoas de apoio para as partes-chave a serem convidadas a participar do círculo; esclarecer a respeito da confidencialidade e exceções; criar um relacionamento de modo que a pessoa confie nos co-facilitadores no processo; verificar se há disposição para falar sobre os assuntos-chave com todo o círculo; e verificar se há disposição para escutar os outros que possam ter pontos de vista diferentes.

Nos pré-encontros é importante enfatizar que cada participante tem chance igual de falar; que ninguém pode interromper quem quer que esteja falando; e que sempre é possível simplesmente passar o objeto da palavra adiante, se não desejar falar.

Para ajudar a formular as perguntas para o círculo, são usadas as informações sobre os assuntos-chave. Se ficar evidente que mais pessoas são apropriadas para o círculo, os co-facilitadores deverão informar os demais participantes, deverão convidar os outros participantes e conduzir um pré-encontro com quaisquer participantes adicionais.

Com isso, os caminhos de construção do círculo começam a ser decididos a partir de discussões entre os co-facilitadores e o Facilitador com base nos dados colhidos. Preparar as partes para o círculo e preparar as formas de envolver os participantes neste, são etapas muito importantes no processo de preparação.

Contudo a autopreparação se mostra como um das etapas mais decisivas. O espaço do círculo não é um espaço cotidiano. Ele requer uma concentração que esteja alinhada com os valores tanto quanto possível. Isso não é um trabalho fácil, levando em consideração todo o

contexto social atual, de empregos e vida pessoal com muita pressão. Primar pela autopreparação é uma responsabilidade dos facilitadores.

Preparar as partes para participarem do círculo e preparar o plano para envolver os participantes no círculo são etapas muito importantes no processo de preparação. Há mais uma etapa decisiva: a autopreparação (PRANIS, 2011, p.13).

O espaço do círculo não é um espaço normal. Demanda comportamento intencional que esteja alinhado com os valores tanto quanto possível. Isso não é fácil de fazer em um contexto de empregos e vida pessoal com muita pressão. Priorizar tempo para autopreparação é uma responsabilidade essencial para ser facilitador. Para conseguir concentrar-se, cada um pode respirar profundamente, dar uma caminhada ao ar livre, escutar música, ficar sozinho em silêncio, ou lançar mão de qualquer outra estratégia que possa achar que funcionem no caso (PRANIS, 2011, p.14).

A Autora também elenca como importantes, quanto à autopreparação: Cuidado físico (exercitar-se, alimentar-se bem, dormir o suficiente; cuidado emocional (sondar e enfrentar seus sentimentos através da reflexão, da escrita de um diário ou da conversa com amigos); cuidado espiritual (meditar ou participar de outras práticas espirituais); cuidado mental (descobrir maneiras de estimular sua mente); evitar analisar exaustivamente seu trabalho no círculo: ler um livro, fazer palavras-cruzadas, trabalhar com arte, artesanato. O que funcione para cada indivíduo inserido no processo.

Em outro ponto, a respeito da construção do círculo propriamente dito – tema que beira o ponto central do presente trabalho - o facilitador usa os elementos que serão pontuados a seguir, para planejar o círculo e para criar o espaço para que todos os participantes falem a sua verdade um para o outro de maneira respeitosa, buscando a resolução de seu conflito ou dificuldade.

Conforme PRANIS (2011), primeiramente, é importante que todos os participantes sentem em círculo. Este arranjo permite que todos se enxerguem e prestem contas - assumam suas responsabilidades um para com o outro, frente a frente. O formato também cria um senso de foco em uma preocupação que é comum a todos, sem criar a sensação de “lados” ou de tomar partido. Um círculo enfatiza a ideia de igualdade e conectividade.

Após isso, destaca a importância da cerimônia de abertura, visto que a marcação clara do início de um círculo é essencial, porque o círculo convida os participantes a deixar

cair as máscaras e proteções comuns que eles possam usar para criar distância de seu eu verdadeiro e o eu verdadeiro dos outros. As cerimônias de abertura ajudam os participantes a se centrarem, a trazê-los para participar plenamente no espaço, reconhecer sua interconectividade, livrar-se de distrações não relacionadas ao contexto e estar atentos aos valores de seu verdadeiro eu (PRANIS, 2011).

Neste passo, os Círculos ainda usam uma peça central para criar um ponto de convergência que dá apoio ao falar de coração e escutar de coração. A Peça de centro geralmente fica no chão, no centro do espaço aberto dentro do círculo de cadeiras. Em geral, é uma base ou um trilho de tecido. O centro pode incluir objetos representando os valores do eu verdadeiro, os princípios que alicerçam o processo, uma visão compartilhada do grupo (PRANIS, 2011).

Importante também formular diretrizes que articulem os acordos entre os participantes sobre como eles se conduzirão no diálogo do círculo. O objetivo das diretrizes é descrever os comportamentos que os participantes entendem que tornarão o espaço num lugar seguro para que eles falem suas verdades. As diretrizes não são limites rígidos, mas, lembretes de reforço das expectativas de comportamento de todos dentro do círculo (PRANIS, 2011).

Os Círculos utilizam, ainda, um objeto da palavra para regulamentar o diálogo dos participantes. O objeto da palavra é passado de pessoa para pessoa em volta do perímetro do círculo. Somente a pessoa segurando o objeto da palavra pode falar. Permite ao detentor do objeto falar sem interrupção e permite aos ouvintes se focarem em escutar, sem se distrair pensando numa resposta ao que está falando. O uso do objeto da palavra permite a expressão completa de emoções, reflexão atenciosa e um ritmo sem pressa. O objeto da palavra é um equalizador poderoso. Permite que cada participante tenha igual oportunidade de falar e carrega o pressuposto de que cada participante tem alguma coisa importante para oferecer ao grupo. À medida que passa fisicamente de mão em mão, o objeto da palavra tece um fio de conexão entre os membros do círculo. O objeto reduz o controle do facilitador e, conseqüentemente, compartilha o controle do processo com todos os participantes para que ali se forme um espaço democrático (PRANIS, 2011).

PRANIS (2011), ainda destaca que os círculos usam perguntas ou temas norteadores no início de muitas rodadas para estimular a conversa sobre o principal interesse do círculo. Cada membro do círculo tem uma oportunidade de responder à pergunta ou tema norteador de

cada rodada. O preparo cuidadoso das perguntas é importante para facilitar a discussão que vai além das respostas superficiais.

Por fim, a autora tece seus comentários sobre a cerimônia de fechamento. Esta almeja que os participantes e os esforços realizados pelo círculo, afirmam a interconectividade dos presentes, transmite um sentido de esperança para o futuro e prepara os participantes para que retornem ao espaço de suas próprias vidas. As cerimônias de abertura e de fechamento são planejadas para se adequarem à natureza do grupo em particular e dá oportunidades para a reação/resposta cultural. Em grupos de círculo continuado, os participantes podem ser envolvidos na realização das cerimônias de abertura e fechamento ou podem planejá-las para o grupo (PRANIS, 2011, p. 16-18).

A respeito do Facilitador, figura importantíssima nos Círculos de Paz, Pranis (2011, p. 19) conceitua que:

O facilitador também auxilia o grupo a criar e manter um espaço coletivo no qual cada participante possa se sentir seguro para falar honesta e abertamente sem desrespeitar ninguém. O Facilitador monitora a qualidade do espaço coletivo e estimula as reflexões do grupo através de perguntas ou tópicos sugeridos. O Facilitador não controla as questões levantadas pelo grupo nem tenta direcionar o grupo para um determinado resultado. Sua função é iniciar um espaço que seja respeitoso e seguro para envolver os participantes no compartilhamento da responsabilidade pelo espaço e por seu trabalho coletivo. Este também não atua como fiscal das diretrizes do grupo. A responsabilidade por reportar-se a problemas com as diretrizes pertence ao círculo todo. Não é papel do facilitador consertar o problema que o círculo está reportando. O Facilitador está numa relação de zelar pelo bem-estar de cada membro do círculo e é um participante.

Portanto, também conforme a autora, é importante compartilhar a responsabilidade com todo o círculo pela administração do tempo. Ao introduzir o objeto da palavra, o facilitador pode lembrar às pessoas os parâmetros de tempo, encorajando os participantes a falarem sobre o que é realmente importante para eles e a também ter em mente a importância de que todos tenham chance de falar. Também se pode fazer uso de lembretes a respeito do tempo durante o círculo. Ao se estabelecerem valores, ou ao fazer as rodadas de apresentação, às vezes pode ser útil pedir aos participantes que limitem suas respostas a uma ou duas frases. De maneira geral, não se deve limitar os participantes quando estiverem falando sobre o assunto central do círculo.

Muitos dos problemas que chegam aos círculos não podem ser resolvidos em um círculo só. O processo não deve ser apressado. Cada um precisa ter a oportunidade de ser escutado. É adequado que se continue o processo em dois ou mais círculos, à medida que os participantes pensam e repensam sobre o que eles têm de falar e sobre o que eles querem fazer para melhorar a situação. E se o círculo continuar por mais de uma sessão, traga os valores e as diretrizes criadas no primeiro círculo para todos os círculos subsequentes (PRANIS, 2011, p. 21).

Portanto, se faz necessário a consciência de que muitos podem não se abrir durante o processo circular. Estes participantes não devem ser pressionados a falar de nada que não estejam prontos. De todo o modo, sempre é possível que o objeto de fala seja passado adiante, mesmo sem a manifestação.

Durante o processo circular, pode ser útil suspender o objeto da palavra e permitir um brainstorming ou um diálogo informal entre os participantes. Após um período sem o objeto da palavra, é importante voltar a usá-lo, para garantir que todos os participantes sejam ouvidos. Se um ou mais participantes forem contrários ao uso do objeto de palavra, se fará útil que seja feita uma rodada com o objeto para saber como todas as outras pessoas se sentem a respeito do uso do mesmo.

Não se deve responder imediatamente à voz – ou vozes - mais forte(s) ou mais alta(s), pois se estaria potencialmente desempoderando as pessoas mais quietas que ainda gostariam de usar o objeto. Se um integrante deixar de usar o objeto da palavra de maneira permanente, não será mais um círculo. Isso terá implicações significativas para alguns participantes que podem ter vindo com a expectativa de encontrar a segurança e a ordem de um objeto da palavra e que poderiam ter escolhido não participar em outro tipo de processo. Se algum integrante parar completamente com o uso do objeto da palavra, é importante informar ao grupo que se está mudando o processo. Isso deve ser informado de maneira muito esclarecedora que processo será utilizado a partir do referido momento, de modo que fique bem claro para todos (PRANIS, 2011, p. 23).

Outro ponto a ser dado grande enfoque e destaque, ainda nos dizeres da autora, é de que a forma como um círculo se desenrola poderá deixar algum integrante em desequilíbrio e engatilhar a ansiedade, a sensibilidade a críticas ou a raiva. Pode ser resultado de uma escalada de tensão entre os participantes, ou pode ser o resultado de alguém que tenha tocado

num ponto fraco de alguém. Se isso acontecer, é importante tomar medidas para se centrar novamente. A responsabilidade do facilitador requer que esteja comprometido com o bem-estar de todos no círculo. Se o integrante estiver fora de seu eixo centralizador, será muito mais difícil para o facilitador manter o círculo seguro para os participantes. Autoconscientização é o primeiro passo. Prestar atenção no próprio estado emocional e senso de equilíbrio.

Então, o facilitador deve se concentrar e colocar o foco nas suas ferramentas internas próprias que poderão incluir: respirar profundamente de maneira consciente, ficar em silêncio, voltar-se para dentro com auto empatia, fazer uma oração, sinalizar para seu co-facilitador que precisa de um momento, imaginar raízes crescendo a partir de seus pés chão adentro e que essas raízes conseguem puxar energia centralizadora, da mesma forma que as raízes das plantas puxam a água do chão. Se o facilitador estiver extremamente fora de equilíbrio, pode fazer um intervalo e consultar seu co-facilitador sobre como continuar o círculo de maneira segura. O facilitador e seu co-facilitador podem ajustar seu plano de compartilhar as responsabilidades para acomodar a sua luta em permanecer centrado. Também ajuda repetir uma frase em sua mente, muitas e muitas vezes, para liberar a ansiedade, a sensibilidade a críticas e a raiva (PRANIS, 2011, p. 24).

Três passos são tidos como alicerce para a concentração no círculo: a autoconscientização, reconhecer que não está mais centrado; o apego a uma intenção forte de voltar a centrar-se; e, desenvolver uma estratégia pessoal que poderá ser usada tantas vezes, até que se torne um hábito que o facilitador poderá acessar quando estiver sob pressão.

Conclui-se que não há problema em pedir ajuda ao círculo. Não há problema em não conseguir fazer tudo certo. É mais importante fazer com que seja um lugar seguro para que os participantes comuniquem ao facilitador quando não estiver funcionando para eles. Isso requer humildade e abertura para feedback. O círculo é um local forte, se estiver construído sobre valores. Ele é forte o suficiente para conter erros ou incertezas. Não quer dizer que os facilitadores vão ter todas as respostas. É mais do que isso: é o círculo com todos seus membros fazendo um esforço de boa fé para solucionar os problemas de forma consistente com os valores do processo.

Portanto, para PRANIS (2011, p. 25), se o círculo fizer acordos, estes acordos são feitos por consenso. O consenso no círculo é definido como “todos conseguem conviver com

a decisão”. Não exige que todos estejam entusiasmados, mas exige que todos no Círculo possam apoiar a decisão. Qualquer acordo deve envolver algum método de monitoramento para se certificar de que está funcionando, e um plano para agir no caso de o acordo falhar. Geralmente, a melhor resposta para qualquer falha é retornar ao Círculo e discutir juntos qualquer problema com o acordo. É importante que qualquer acordo seja registrado de alguma forma. A falta de clareza quanto a quem vai fazer o quê, ou que comportamento mudará, pode levar à frustração e desilusão com o processo. É muito importante que todos sejam claros a respeito da expectativa após o círculo. Acordos por escrito são, normalmente, a melhor maneira de alcançar o nível de clareza e compreensão necessárias para todas as partes.

O círculo de diálogo não visa o consenso sobre determinado assunto, mas explora os diferentes pontos de vista sobre alguma questão específica a fim de fomentar reflexões entorno dela. Assim como o círculo de diálogo, o círculo de compreensão não tem o objetivo de tomar alguma decisão e de buscar o consenso; o intuito é compreender aspectos de um conflito ou de uma situação difícil. “Seu propósito é desenvolver um quadro mais completo do contexto ou das causas de um determinado acontecimento ou comportamento” (PRANIS, 2010, p.29).

O círculo de reestabelecimento propõe o compartilhamento da “[...] dor de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que vivenciaram um trauma ou uma perda” (PRANIS, 2010, p.29).

Já o círculo de sentenciamento é utilizado em parceria com o sistema de justiça criminal, isso porque tem o propósito de elaborar um plano de sentenciamento que esteja em conformidade com as necessidades e preocupações de todos os envolvidos. “O círculo desenvolve uma sentença consensual para a pessoa que cometeu o crime ou ofensa e poderá também, como parte do acordo, estipular responsabilidades para os membros da comunidade e funcionários do Judiciário” (PRANIS, 2010, p.30).

Os círculos de apoio objetivam apoiar alguém que tenha passado por alguma situação difícil. Círculo de construção do senso comunitário refere-se à construção de vínculos entre as pessoas que têm interesses em comum. Já o círculo de resolução de conflitos, como o próprio nome diz, pretende auxiliar na resolução dos conflitos entre as partes. Por fim, temos o círculo de reintegração e celebração. O primeiro diz respeito à

reinserção comunitária dos adolescentes e adultos que saem do sistema prisional e o segundo propõe a celebração e prestação de reconhecimento a uma pessoa ou grupo.

Conforme Kay Pranis (2010, p.27) “Os participantes do Círculo desempenham o importante papel de conceber seu próprio espaço, criando as balizas para sua discussão”. Tendo em conta que nessa prática restaurativa todos os processos decisórios são consensuais, algumas orientações são firmadas logo no início do processo pelos próprios participantes. Essas orientações vão descrever os comportamentos que eles acham importantes para o espaço e aqueles que são dispensáveis. “São lembretes para que os participantes tenham em mente o compromisso mútuo de criar um lugar protegido que viabilize os diálogos complicados” (PRANIS, 2010, p.27). A decisão consensual, seja ela no início do círculo ou ao final, com um possível acordo, não é fruto da persuasão, mas de uma atitude exploratória que é viabilizada por meio de uma escuta profunda.

Os círculos estão sendo realizados cada vez mais em contextos variados, possibilitando novas compreensões acerca dos conflitos e em relação a outros assuntos abordados nos processos circulares. Os círculos criam possibilidades para a liberdade de expressão e abrem espaço para o entendimento mútuo, permitindo que os participantes sejam aquilo que realmente são; sem medo ou imposição do dever ser.

Embora essa prática tenha começado no contexto das varas criminais, atualmente várias situações fora do âmbito criminal, como por exemplo: a inserção dos egressos do sistema prisional na comunidade e localidades como as grandes áreas urbanas e escolas, se utilizam desse modelo restaurativo para resolver conflitos. “Além dos círculos de sentenciamento que objetivam determinar sentenças para processos criminais, há círculos de apoio (em preparação a círculos de sentenciamento), círculos para lidar com conflitos no ambiente de trabalho, e até círculos como forma de diálogo comunitário” (ZEHR, 2012, p.62).

Essa prática restaurativa possui aspectos que balizam e orientam a sua realização. O ponto de partida é o respeito em relação à presença e dignidade de cada participante. Nessa perspectiva, a contribuição de cada um é valorizada pelo círculo, segundo Pranis:

“O círculo busca a verdade e tem por objetivo criar um espaço onde os participantes se sentem seguros para falar a sua verdade sabendo que, embora devam assumir

responsabilidades por suas ações, não serão desrespeitados ou deliberadamente prejudicados” (PRANIS, 2010, p.86).

Conclui-se que a conexão entre todas as pessoas torna o ambiente propício para que todos se expressem e recebam apoio. Entende-se, ante ao exposto, que o processo circular tem por objetivo dar voz igual para todos.

4. PRÁTICAS CIRCULARES NA JUSTIÇA CATARINENSE E SUA ACEITAÇÃO.

As Práticas Circulares são uma ação recente no poder judiciário, mas que vêm ganhando força nos últimos anos devido aos seus resultados positivos onde são aplicadas. A Justiça Catarinense vêm implementando diversos projetos relacionados à aplicação de Círculos de Paz na solução de litígios, na intenção de promover a pacificação social, a diminuição na criminalidade, a resolução de litígios e o reestabelecimento de laços comunitários.

A prática nos Círculos de Diálogo defende a promoção de um ambiente seguro para todos os envolvidos. A partir desta concepção, vê-se a necessidade de uma compreensão teórica do diálogo para a ação comunicativa, de forma que haja a expansão no conceito de segurança.

As Práticas Circulares têm se mostrado restaurativas na construção das relações humanas. Os tipos de círculos descritos por Pranis valorizam a voz dos indivíduos ligados à situação de conflito, de maneira que os mesmos formulem através do diálogo premissas para que novas expressões, opiniões e afirmações colocadas pelo sujeito possam ser acordadas por outros agentes. Portanto, devem ser cada vez mais institucionalizadas pela Justiça a fim de culminar em vítimas que exponham sua demanda de modo amplo a senti-las restauradas, e ofensores que sintam-se responsáveis por seus atos e busquem repará-los na medida do possível.

O Círculo de Diálogo torna-se uma ferramenta de inclusão social, que inclui no sentido primeiro da Justiça, que é a inclusão na sociedade, comunidade (PELIZZOLI, 2014).

p.135), que por meio de uma escuta autêntica pode-se verdadeiramente compreender as raízes do conflito e desenvolver soluções preventivas.

Destaca-se, contudo, que é ilusão esperar grandes realizações das Práticas Circulares se estas não forem dotadas de autonomia e suficientes recursos institucionais e econômicos.

4.1. Círculos de paz na justiça catarinense.

O conceito comumente utilizado, apresentado para designar a Justiça Restaurativa, surge da Resolução 12/2002 da ONU, que apresenta algumas características do que vem a ser o instituto. No Brasil, mais recentemente, o CNJ, por meio da Resolução 225/2016, também buscou traçar algumas diretrizes, não se distanciando do documento da ONU.

Tal resolução foi aprovada no dia 31 de maio de 2016, e versa sobre a Política Nacional da Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. A partir de orientações internacionais e da realidade nacional, a resolução apresenta o conceito de Justiça Restaurativa e suas providências; elenca a participação do ofensor, vítima e comunidade como imprescindível para composição das práticas restaurativas, a obrigatoriedade do facilitador restaurativo, determinando quem poderá exercer tal função, e, ainda, entre outras disposições, especifica as atribuições ao poder judiciário, vinculadas ao procedimento.

A Justiça Restaurativa, portanto, provém de uma abordagem sistêmica, como inserido no artigo 1º, da resolução, a saber: A Justiça Restaurativa constitui-se num conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência (CNJ, 2016).

Há de dizer-se que tal resolução foi de suma importância para o desenvolvimento e a evolução das Práticas Restaurativas em nosso país. Esta adveio de recomendações das Nações Unidas e foi recepcionada pelo artigo 5º da Constituição Federal. Além de estabelecer princípios restaurativos, tal resolução atribui ao Judiciário a institucionalização de tais práticas. Ademais, estabelece ainda premissas a respeito da capacitação dos profissionais e do monitoramento e avaliação (CNJ, 2016).

Todavia, tal método vem sendo executado há mais de dez anos no país. A partir da escuta ativa e da compreensão das responsabilidades, pretende-se a reparação dos danos advindos da transgressão e o atendimento das necessidades de todos os envolvidos, construindo-se novos caminhos de convivência.

A partir da concepção da importância do diálogo para a construção de um círculo restaurativo, a Justiça Catarinense, vem buscando implantar o uso de práticas circulares em processos de variados âmbitos. Os programas implantados, oferecerem cursos para a formação de facilitadores, para que os profissionais tenham a capacidade de oferecer um espaço seguro para a realização do círculo, sempre tentando identificar casos passíveis de aplicação, no qual as pessoas estejam dispostas a participar.

Em Santa Catarina, apenas Florianópolis e Lages contam com os polos de Justiça Restaurativa, que foram implantadas através da resolução nº 225 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Um dos primeiros projetos institucionalizados, neste sentido, veio da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) que implantou, a partir de abril de 2012, um projeto piloto de Justiça Restaurativa, no âmbito da Vara da Infância e da Juventude da comarca da Capital, mediante a criação do Centro de Justiça Restaurativa -CJR- (TJSC, 2012).

Este projeto oferece atendimento fundamentado em práticas autocompositivas aos adolescentes que cometeram infrações de menor potencial ofensivo, assim como às pessoas envolvidas direta ou indiretamente no conflito (vítimas, familiares, agentes do Estado, etc.). Nessa perspectiva, estimula: a reflexão sobre o motivo da transgressão, o restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários, a recuperação da cidadania e a reparação do dano gerado no conflito (TJSC, 2012).

Para tanto, conta até hoje com a parceria sólida do Ministério Público e da Secretaria de Segurança Pública, além da contribuição de universidades e de serviços das redes pública e

privada que complementam os serviços oferecidos (TJSC, 2012). O projeto até hoje conta com a utilização dos círculos de paz em alguns casos selecionados.

Impende também destacar o belíssimo trabalho do juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Alexandre Takashima, que é um dos grandes responsáveis funcionamento da Justiça Restaurativa e a implantação do processo em Lages (PREFEITURA DE LAGES. 2017).

Naquela cidade, 45 facilitadores voluntários já foram capacitados pelo TJSC e estão aptos a utilizar as técnicas em casos de violência doméstica, na infância, juventude família. Conhecido como um processo colaborativo voltado para a resolução de conflitos na sociedade, em casos de crimes e agressões, a Justiça Restaurativa visa propagar a cultura de paz, através do acolhimento e diálogo com os envolvidos. Tal projeto tem o anseio de um futuro onde Lages seja menos violenta (PREFEITURA DE LAGES. 2017).

Ainda, em Lages, destaca-se a iniciativa da 2ª Vara Criminal. Lá, dos 40 presos provisórios, quase metade cometeu crime de violência doméstica, foi preso em flagrante e aguarda julgamento. Um número considerado alto. Esse grupo deve colocar em prática, ainda no mês de outubro de 2018, a proposta inédita no Estado de trabalhar com casais envolvidos em casos de violência contra a mulher. A ideia é alcançar a pacificação de forma afetiva com a reconstrução de uma relação saudável. Ainda haverá a responsabilização do agressor e também uma autocomposição para encontrar respostas para os conflitos. Para tanto, é preciso haver compreensão e respeito à divergência de ideias e desejos nas relações (CNMAIS. 2018).

O sistema da justiça é um dos maiores mobilizadores da rede composta por profissionais do Poder Executivo Municipal, por meio das Secretarias da Mulher, Assistência Social e Saúde, Ministério Público, Polícia Militar, OAB Mulher, Delegacia de Polícia de proteção à Mulher, Criança e Idoso e Grupo Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL). A realização da triagem é feita pela Secretaria da Mulher. Nenhum dos casos está judicializado. (CNMAIS, 2018).

Na primeira etapa, ou seja, no pré-círculo, há a proposta de resolução dos conflitos pelo processo restaurativo. A partir do aceite, caso haja interesse dos envolvidos, a ideia é realizar três círculos (CNMAIS, 2018).

Num primeiro momento, homens e mulheres serão divididos em dois grupos de reflexão. Um casal de facilitadores, capacitado para atividade, trará para discussão temas como comunicação não violenta, questões de gênero e depoimentos de outras mulheres vítimas de agressão física, sexual ou psicológica e de homens com dificuldades em seus relacionamentos (CNMAIS, 2018).

O segundo círculo trará um grupo de apoio, formado por familiares, amigos e vizinhos, para um trabalho individual com a mulher e o agressor. O intuito é fortalecer a estrutura de ajuda tanto da vítima como do ofensor e identificar as formas de contribuição deles para o processo. É nesse momento que se inicia a restauração das relações (CNMAIS, 2018).

No terceiro círculo, por fim, após avaliação sobre a possibilidade de sua realização pelos facilitadores, vítima e ofensor serão unidos. A intenção é que os danos causados possam ser reparados, a vítima possa expor suas necessidades e haja empatia neste processo, com autorresponsabilização, voluntariedade, autonomia e sigilo. Chegada a última etapa, o pós-círculo, a rede faz o acompanhamento do caso e verifica o cumprimento do que foi acordado entre os envolvidos (CNMAIS, 2018).

Ainda no mesmo passo, outro importante projeto tem o objetivo de interromper o ciclo de delinquência da massa carcerária de Santa Catarina. O programa consiste em unificar o trabalho de diferentes instituições do poder público e da sociedade civil para que o apenado tome consciência dos problemas gerados pela violência para sua família, sua comunidade e a si próprio. Vinte condenados da Penitenciária de Florianópolis participarão do projeto-modelo da Justiça Restaurativa, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), a partir do primeiro semestre de 2019 (CNJ, 2018).

A apresentação do projeto de implantação inicial ocorreu no dia 23 de novembro de 2018, às 14h, no Complexo da Agrônômica, com a presença dos coordenadores: os

magistrados Alexandre Takaschima e Brigitte Remor de Souza May; além de outras autoridades. Instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Justiça Restaurativa usa como premissa a tese de que um ato violento não tem início no momento em que ele é praticado. O projeto-piloto no sistema prisional é uma proposta de agregar a cultura da paz e da comunicação não-violenta aos demais programas já realizados no Complexo Prisional da Agronômica, como por exemplo o da educação. A proposta é a utilização de círculos de construção de paz para transformação dos conflitos, por meio de reparação às vítimas e autorresponsabilização do ofensor, com a participação dos familiares e da comunidade (CNJ, 2018).

Objetivam ainda, criar melhores condições para o retorno do preso ao convívio social. Isso porque a Justiça Restaurativa trabalha novas formas de relacionamento pelo diálogo, com a participação de familiares, pessoas de apoio e referências, além da comunidade, e com foco na reparação dos danos e necessidades das vítimas. Não se trata de projeto para ser aplicado a todos os presos, pois exige voluntariedade, responsabilização pelos danos causados e reparação às vítimas (CNJ, 2018).

Após a apresentação, o próximo passo é a assinatura dos termos de parceria entre as entidades que prestarão apoio ao projeto e o TJSC. Inicialmente, apenas os condenados do regime fechado terão acesso ao programa. Após a assinatura dos termos, as pessoas envolvidas serão qualificadas na Academia Judicial (CNJ, 2018).

O Complexo da Agronômica, na Capital Catarinense, reúne cinco unidades prisionais que juntas têm quase 2,5 mil detentos. Desses presos, 1,4 mil estão na Penitenciária de Florianópolis, mas somente 20 serão selecionados para o projeto-piloto. A intenção é que o projeto alcance as 50 unidades prisionais do Estado (CNJ, 2018).

A metodologia Justiça Restaurativa terá três linhas de atuação. Na progressão de pena dos condenados, sempre com o prazo de seis meses antes da concessão do direito, na aplicação das medidas disciplinares dentro do sistema e com os servidores, em encontros fora das unidades prisionais. Inicialmente, serão dois encontros por mês, a partir do primeiro semestre de 2019 (CNJ, 2018).

Destaca-se também, o projeto de iniciativa da defensora Caroline Köhler Teixeira, que intermediou parceria entre o Núcleo de Direito Sistêmico (NDS) e o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Santa Catarina (HCTP) para que fosse possível a aplicação de práticas restaurativas sistêmicas às pessoas cumprindo medida de segurança de internação no HCTP, tais como as constelações familiares sistêmicas e os círculos de paz (DPUSC, 2018).

O objetivo da parceria é aplicar a Justiça Restaurativa Sistêmica aos pacientes que cumprem medida de segurança no HCTP, facilitando sua reinclusão na sociedade e auxiliando para que o tratamento psiquiátrico e demais cuidados de que necessitam possam se desenrolar em meio aberto, sem a privação de liberdade, conforme estipula a Lei da Reforma Psiquiátrica - Lei n 10.216/01 - e a Lei Brasileira de Inclusão - Lei n. 13.146/15. A primeira dinâmica já ocorreu no dia 16 de março de 2018, e contou com a participação de cerca de 20 pacientes (DPUSC, 2018).

Se a Justiça Restaurativa já é uma proposta que supera a ideia punitivista, a Justiça Restaurativa Sistêmica é ainda mais inovadora, ao possibilitar que os envolvidos desejem muito mais do que a reparação, mas a compreensão dos motivos do conflito, abstraindo culpas e punições, na busca por uma cultura da paz (DPUSC, 2018).

Projeto similar, também intermediado pela citada defensora pública e implementado pelos mencionados membros do Núcleo de Direito Sistêmico foi a aplicação das constelações familiares sistêmicas às pessoas presas - em sua maioria por delitos praticados no ambiente doméstico - na Casa do Albergado Irmão Uliano, em Florianópolis/SC. A atuação originou o livro "Constelações Sistêmicas na Execução Penal: Metodologia para sua implementação (2018 – Editora Manuscritos)" (DPUSC, 2018).

Para a aplicação das técnicas circulares, conforme já aduzido, é necessário que haja a capacitação através de projetos ou cursos. Neste passo, o defensor público Rogério Newton de Carvalho Sousa apresentou, em Florianópolis (SC), dentro do Concurso de Práticas Exitosas do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos (CONADEP), o Projeto “Círculos de Construção de Paz por Dois Defensores Públicos”, de autoria dele e da defensora pública

Débora Cunha Vieira Cardoso. A apresentação foi realizada no auditório Cascaes, no Costão do Santinho Resort, Praia do Santinho, onde ocorreu o evento.

O Concurso de Práticas Exitosas visou o compartilhamento interno das experiências dos defensores. O projeto dos defensores públicos do Piauí foi selecionado juntamente com mais 26 trabalhos, oriundos de vários estados e trata da aplicação da metodologia dos Círculos de Construção de Paz, que é a mesma empregada na Justiça Restaurativa para resolução conflitos judiciais, podendo orientar também os círculos de diálogo (FERRY, 2017).

Durante a apresentação, Rogério Newton discorreu sobre como é o círculo visualmente, os objetivos alcançados, o conhecimento e conscientização dos participantes quanto à metodologia e aplicação, que leva ao incremento do diálogo, da escuta empática e à disseminação de valores éticos com partilha de percepções e perspectivas (FERRY, 2017).

O defensor elencou, também, os sete pressupostos centrais existentes dentro de cada pessoa em relação ao seu eu verdadeiro, dentro de um mundo que está profundamente interconectado. Segundo ele, o círculo parte do pressuposto que todos os seres humanos desejam bons relacionamentos, têm dons e necessitam de hábitos para criar práticas de viver (FERRY, 2017).

Rogério Newton, ainda, destacou o pensamento de Kay Pranis, principal referência internacional da criação da metodologia do Círculo de Construção de Paz, segundo o qual o círculo é um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para discutir problemas difíceis ou dolorosos, a fim de melhorar relacionamentos e resolver diferenças. A intenção do círculo é encontrar soluções que sirvam para cada participante. O processo está baseado na suposição de que cada participante tem igual valor e dignidade, dando então voz igual a todos. Cada envolvido tem dons a oferecer na busca para encontrar uma boa solução para o problema (FERRY, 2017).

De todo o modo, tendo em vista que a proposta da Justiça Restaurativa apresenta-se em uma sociedade que produz conflitos pela forma como se organiza, e que, resolvê-los superficialmente não significa superar essa condição. O processo restaurativo pode ser uma

oportunidade de potencializar a rede de garantia de direitos a partir das necessidades e responsabilidades trazidas à tona no processo, tendo sempre o seu foco na transformação social.

Sabe-se que o processo de desconstrução e evolução não é fácil, mas a mudança de paradigma justamente serve para que os olhares se voltem para as novas realidades que se moldam no dia a dia. É preciso mudar a forma de se perceber as próprias dificuldades e interpretá-las internamente, a fim de que se possa abrir para outras dimensões da realidade, e assim, encontrar o caminho para as soluções desejadas.

4.2. A necessidade de um novo de paradigma, para o alcance de um bem social maior.

Não é novidade que o atual sistema de justiça brasileiro, com sua grande base retributiva, não costuma trazer grandes avanços perante as relações interpessoais, perdendo uma de suas grandes funções, qual seja de trazer à sociedade um ambiente justo. Ressalta-se outra situação que vem se agravando, qual seja a grande demanda de litígios que necessitam da intervenção do judiciário. Esta resulta da gigantesca massa processual existente nos dias atuais, aumentando a cada dia, continuando, assim, com um sistema cada vez mais obsoleto e ineficaz, gerando a descrença nas instituições públicas. Isso se agrava pelo o fato de que as relações interpessoais têm a cada dia se tornado mais frias e ocasionando, consequentemente, uma sensação geral de insegurança e não pertencimento.

O modo como se olha para as coisas e pessoas, determina muito dos resultados esperados. Ao se olhar o indivíduo infrator ou mesmo o preso como inimigo, como o lado que representa o mal, gera-se uma armadilha, criando-se sobre este indivíduo, uma sombra. Esse sistema: sociedade burguesa, por exemplo, (re)produz a sombra e ela está dentro do corpo do sistema. A sociedade normatizada e que se considera moral vai tentar, calcada na dicotomia isoladora do bem contra o mal, aplicar essa dicotomia à situação infracional e separar os sujeitos, como se faz na política ou no futebol (PELIZZOLI, 2015).

Assim, são formados lados tidos como opostos, o que pode ser uma grande armadilha e engano. Como exemplo, tomamos a ideia de raças melhores e piores. Sabe-se que não existe

nenhuma raça como tal no planeta: somos frutos de misturas diversas. Raça (e etnia) é uma construção simbólica e cultural, acima de tudo. São muitas as vertentes de godos e visigodos misturados com outros ramos, que já eram misturados anteriormente; não obstante, por cima de uma complexidade biológica e histórica fala-se em “raça germânica”, ou em tronco árabe, do qual fazem parte os chamados hebreus. Pesquisas genéticas mostram que não existe etnia pura; a genética humana é misturada; não existe um gene específico da etnia. (PELIZZOLI, 2015, p. 2).

Porém, ainda assim, faz-se uma operação discriminativa em raças, em países e se faz também com as identidades grupais e pessoais colocando as sombras do lado de fora, na exclusão, para purificar o que se quer incluído, o seu genótipo. Isso aplica-se também fortemente à ideia religiosa do povo eleito - e eis que você vê em alguns religiosos dogmáticos um grau de violência sutil incorporada; eles têm uma ideia de purificação, a ideia do bem contra o mal, e aplicam essa ideia contra o outro, legitimando assim o preconceito, a exclusão, e uma normatização da violência simbólica (PELIZZOLI, 2015, p. 2).

Na intenção de proteger a identidade do grupo (genótipo), projeta-se o mal no grupo oposto, no diferente; muitas vezes, a sociedade legitima o reacionarismo porque ela vê apenas o fato externo impactante de uma transgressão ou do chamado bandido ou criminoso. Na verdade, no agente trata-se da ponta do *iceberg*, um ato pontual, um redemoinho gerado pelo choque de temperaturas. Fatidicamente, o indivíduo ou grupo destinatário desta percepção sombria reagirá dentro desta mesma energia, e quando o faz, ele passa a ser considerado de fato um mal a ser combatido, “em nome da justiça”. Não se percebe aí o mecanismo da vingança e da dor funcionando como projeção. Além disso, há um aumento da pressão sobre as sombras humanas, que continua reverberando raiva/dor e negatividades sombrias (PELIZZOLI, 2015, p. 3).

Os sujeitos marcados/rotulados passam a reagir nestes e a esses lugares em que foram colocados, como excluídos, e passam a desempenhar papéis os únicos que lhe são reservados. Forma-se assim o famoso Bode expiatório, o que paga pelos pecados de todos. Em tese, estes sujeitos respondem à violência sutil e simbólica, além de concretamente econômica da exclusão, com violência evidente, ou mesmo sincera, como furtar e roubar para manter-se neste modelo de sociedade, e de corrupção. “Na carência, uns usam uísque importado, cocaína ou outras drogas, com dinheiro de lucros, investimentos, bolsas ou de

corrupção, outros usam *crack* ou cachaça, com dinheiro subtraído ou de tráfico. Há diferença na essência?” (PELIZZOLI, 2015, p. 3).

Neste sentido, conforme o autor, é necessário compreender as dimensões de violência, para além da pontualidade dos atos violentos e da estigmatização moralizante do “Bem contra o Mal”. Nós as tomamos em cinco dimensões:

Simbólica (rótulos, preconceitos, exclusão moral, afetiva, cultural, atua na forma da percepção e olhar sobre os outros considerados sujeitos indignos, de baixo valor, inimigos, inferiores, selvagens etc.); Estrutural (econômica-capitalista desigual, domínio de grandes corporações, domínio político, condições de trabalho etc.); Física (ataques físicos, guerras, brigas, estupros etc.); Psicológica (pressões, ameaças, danos psíquicos a crianças e adultos, repressões morais, traumas, manipulações emocionais, abusos sexuais, educação negligente etc.); Sistêmica (atuações e marcas que têm como base exclusões e dores dentro de um sistema familiar, grupal, étnico, social; atua mais com dimensões de quebras afetivas, bem como em alguns distúrbios psicológicos com origem nas relações do sujeito com seus grupos de convivência; atuações da Sombra social, entre outros).

Num entendimento profundo, sabe-se que a violência não é em primeiro lugar algo gratuito, nem fruto de alguma maldade própria dos seres humanos, nem uma vontade ou capricho dos que são “maus”. Trata-se em primeiro lugar de um conjunto de disposições e de contextos de reações e respostas, a maioria delas não bem conscientes, sistêmico-estruturais que recaem sobre os sujeitos. A violência em geral é uma linguagem, e uma linguagem que contém uma (re)ação a um estado de necessidade gerado, e às marcas afetivas e psíquicas e, ainda, à energia defensivo-ofensiva do grupo de pertença do sujeito - incluindo a dimensão da Sombra (PELIZZOLI, 2015).

Nesta espiral sistêmica, trata-se de um tipo de contaminação energética negativa, um campo emocional que aciona o *conatus essendi* (afirmação de ser) - defesa da família ou grupo – o que gera violência por meio de reações em cadeia. Estas reações são, em geral, cegas para uma racionalidade pacificadora, pois movidas por fortes zelos de grupo, patrióticos, familiares. É um tipo de cegueira emocional, guiada até por um sentido de justiça contra uma injustiça sofrida. Uma espiral é uma tendência ao crescimento, alimentada por alguma energia. Um bom exemplo são as rixas de família, que duram por muito tempo, em que o ataque de um é combustível para a dor e vingança do outro grupo que devolverá ataque. Outro alimento de uma espiral é a banalização do uso da violência, que começa a fazer parte dos envolvidos, e que não encontra arrependimento ou culpa. (PELIZZOLI, 2015, p. 4).

Outro fato é um trauma de violência sofrido no passado, ou eventos violentos, inclusive sofridos pela geração anterior, que pode funcionar como gatilho para uma repetição, gerando uma reação de origem sistêmica que reverbera para frente no tempo. Uma espiral de violência se forma também quando, num grupo, a ética/as relações de respeito é afetada de tal modo que passa a haver um tipo de desregulamentação social crescente, em que vige a perda da ética, beirando à instauração de ordens autoritárias, mafiosas, fascistas ou extremamente corruptas. Uma espiral de violência pode dar-se também num ato momentâneo, em que duas ou mais pessoas iniciam uma agressão e ela aumenta sem controle, envolvendo outros indivíduos, qual um redemoinho (como em casos de linchamento, por exemplo). O sentido maior da cultura de paz é a reversão das espirais de violência e a instauração das espirais de empatia/solidariedade/amor (PELIZZOLI, 2015, p. 4).

Atuar na seara dos Direitos Humanos, bem como da Cultura de Paz aí envolvida, para alguns, soa como uma defesa de “bandidos”, ou uma visão etérea de paz, ou bondades religiosas, entre outras afirmações provocadoras deste tipo. Contudo, não se trataria da defesa/luta a favor das ações de pessoas que cometeram atos ruins, ou de segmentos específicos que devem ter prioridade total sobre os outros, mas da compreensão sistêmica e estrutural do que se passa numa sociedade, assentada em interdependência e causalidades complexas - maiores do que em geral se entende.

Quando se compreende a fundo o fenômeno da violência, é possível fazer uma mudança de percepção, que é a base para a mudança de paradigma a qual servirá de base prática, teórica e de energia/clima para modificar a situação. Basta ver os dados na área de segurança para confirmar que o uso da violência punitiva como resposta à violência gera mais violência. O encarceramento, a pena de morte, as reações policiais repressivas e o endurecimento autoritário reverberam mais violência, não tocando nas causas reais da mesma. Tocar as causas reais não significa mudar todas as condições, ou acabar com o capitalismo, ou então ser condescendente com o ato do infrator, mas gerar coletivamente percepções e inteligências práticas mais eficazes e humanizadoras, criar a energia da nova postura, a mudança de visão e sentimento que gera a mudança institucional (PELIZZOLI, 2015).

Ainda, a respeito do desafio que a implementação da Cultura de Paz enfrenta, aduz Pelizzoli (2015, p. 5):

Quando perfis reacionários, raivosos ou indiferentes à questão das lides de direitos em relação às pessoas envolvidas em atos violentos conhecem de fato a Cultura de Paz e a visão restaurativa, percebem uma filosofia prática e uma compreensão profunda das causas da violência, bem como uma série de tecnologias psicossociais para lidar com elas. Em geral, este é o âmbito (tanto teórico quanto de projetos sociais) em que se pesquisam e aprimoram as melhores práticas em torno do resgate social dos danos causados pela violência. Uma paz estrutural pode ser um desafio subversivo, perigoso, na contramão do reacionarismo de Direita que ataca boa parte dos Direitos Humanos; é uma ação libertadora e humilde; igualmente, é uma coragem afetiva, empática, que reconhece a intensa vulnerabilidade e fragilidade dos seres humanos ligados a um mesmo destino/paixão.

Portanto, conforme Pranis E Boyes (2011), todos os seres, as pessoas, habitam em correlação, correspondência ou co-dependência. Elas não existem isoladamente. Por exemplo: O que sou eu sem pai, mãe, amigos, sem os aspectos orgânicos, sem ambiente, sem o alimento, sem ideais? Os círculos restaurativos vão trabalhar estas percepções na forma de valores e dimensões que são fundamentais para a vida humana. Em geral, a família e a comunidade. É por isso que são chamados ao encontro personagens e elementos da família e da comunidade, pois eles vão reproduzir aquilo que foi rompido.

Ainda segundo os Autores, a ideia de restaurar um mundo para e com o sujeito pressupõe assim o despertar das capacidades e dos valores gregários e do campo inter-humano; portanto, não se trata de reinventar a roda. Em nosso mundo conturbado do capitalismo moderno, acabamos por nos afastar de conexões de equilíbrio e afetividade conosco mesmo e com os outros; há, pois, uma necessidade premente de parar, encontrar, “recentrar” o coração e a mente (PRANIS E BOYES, 2011, p. 266).

Nos dizeres de Goleman (2011), a empatia e a solidariedade são termos-chave na socialidade humana. Tratam-se substancialmente de reconhecer-se no outro, entrar no reino humano da vulnerabilidade e agregação. Paixão, empatia, simpatia, compaixão, patologia, apatia, todos estes sentimentos têm a mesma raiz. A solidariedade é algo que traz a força da solidificação no âmbito das interconexões; é um valor que existe como tendência inata no ser humano, o qual monta uma família, o qual vai se agregar e que precisa do outro para sobreviver.

Assim, a Cultura de Paz, o Círculo, resgatam essas dimensões de solidariedade, e introduzem um mundo metafórico que tem efeito real no sujeito - ao fazer a experiência dessa solidificação, dessa interconexão, dessa empatia. De alguma forma, isto traz a possibilidade de recuperar a dignidade dos sujeitos que sofreram: a vítima primordialmente, e o agressor.

Aquele que é vítima, numa vitimologia mais profunda, está perpassado pela vergonha, pela raiva e pelo medo, vergonha diante do outro, porque ele sofreu; culpa, e vários sentimentos que vão gravitando e gerando impressões. E no agressor também há vários sentimentos, tanto que, quando ocorre uma reparação/restauração, em geral o agressor vai sentir vergonha, e ela é um crivo de que existe um superego, o qual se preocupa com os efeitos de suas ações (GOLEMAN, 2001. s.p.).

O círculo restaurativo reproduz e reorganiza um mundo para o sujeito; cria uma metáfora de agregação e que dá um lugar social – em uma rede - ao sujeito que foi violentado ou violentou. A metáfora tem muito poder, algo arquetípico, porque os seres humanos funcionam de forma metafórica - a vida é conduzida por dimensões simbólicas, operados culturalmente (e por imagens primordiais) sobre a realidade. Opera-se sobre uma metáfora que reconstrói o mundo do sujeito e traz elementos afetivos e responsabilizadores rompidos, por meio da configuração circular da palavra. Como o sujeito tem a predisposição de ligação, da interconexão, que ele recebe para ser sujeito, e precisa ser alguém no coletivo, a sociabilidade tende a aparecer, pois é ontológica e constituirá a identidade no sujeito a ser resgatado (PELIZZOLI, 2015).

Observe-se que uma das técnicas indicadas por Boyes & Pranis (2011) para as práticas restaurativas são processos de atenção, concentração e meditação. Acredita-se que esta é uma chave importante para abrir espaço na desconexão e aceleração patológica dos sujeitos em relação a si mesmo e a seus semelhantes, bem como é um momento de reflexão (dobrar-se) e consciência. Outra tese defendida é que alguns processos meditativos feitos em conjunto contribuem para abrir o Campo mórfico de conexão e centramento dos sujeitos que o praticam. Além do mais, tais processos trazem algo fundamental para a vida humana e para a restauração: o silêncio. Ouvir verdadeiramente, envolve a entrada no silêncio; de igual modo, tomar consciência é escutar vozes não ouvidas ou, ainda, desapegar-se de certos hábitos negativos.

As negações, os sentimentos de que é preciso combater o outro, tirá-lo do meu caminho, castigá-lo, punir, ou até vingar para me sentir melhor, entre outras disposições corpóreo-mentais e de linguagem, impedem qualquer diálogo e comunicação real consigo e com os outros. Sendo assim, quando no Círculo se fala em abertura, se usam elementos de acolhimento, de contar histórias pessoais, usar músicas, poemas, meditar, usar símbolos,

trazer vulnerabilidades e transparências, a abertura vem no sentido de abrir estes espaços fechados e trazer conexão com o processo circular a fim de promover uma mudança social (PELIZZOLI, 2015, p. 5).

Pelizzoli (2015, p. 16), a partir disso, estabelece o conceito de sombra coletiva:

Em geral, os sujeitos, principalmente aqueles que sofrem mais por nosso modelo excludente e estruturalmente violento, não têm direito real à palavra; eles não são vistos como tal, há uma cegueira branca em relação a certas pessoas; elas simplesmente não existem para muitos. Ética, social, restaurativa e humanamente, trata-se, portanto, de buscar dar nascimento social às pessoas excluídas. Isto equivale a despertar no incluído e no excluído, nas vítimas, nos ofensores - que muitas vezes assumem papéis diversos durante a vida - o sentido da pertença, para além dos rótulos sociais. Para isto, é preciso superar também uma estrutura arcaica presente ainda em nossas sociedades: a do bode expiatório; trata-se de um mecanismo simbólico e excludente, que faz a Sombra coletiva ou o mal-estar dos grupos recaírem sobre os indivíduos mais frágeis, ou então rebeldes, ou estranhos. Os mecanismos de sombra, bode expiatório, bloqueios de sensibilidade e de conexão, perda de percepção de outrem, precisam ser resolvidos para que possa haver um encontro e um diálogo real.

Portanto, operar no âmbito da Restauração é, eminentemente, recuperar e atualizar valores fundamentais citados acima quanto à dimensão gregária e compassiva dos sujeitos. Seres humanos são guiados, mesmo que não de todo racionalmente, por valores aprendidos, ou seja, por coisas que valem muito para cada um. Afora os valores materiais evidentes para a manutenção da vida, tem-se uma série de necessidades e conquistas que nos são caras. Elas têm muito a ver com a cultura, personalidade e caminhos existenciais que o sujeito tomou.

O mundo da empatia, ou seja, a percepção da diferença e da semelhança de valores faz com que se ingresse na disposição da humildade e abertura à alteridade. Reconhecer o outro não exige concordar com suas ideias e atitudes, mas sim perceber a legitimidade de suas tentativas de ser feliz e escapar ao sofrimento, bem como de seus valores positivos e de como estruturar seu mundo – em geral para sobreviver como pode (PELIZZOLI, 2015, p. 17).

Cabe ainda citar o conceito de suporte, o qual constitui não apenas pessoas nos processos circulares, mas parte essencial do Campo, do resgate do sentido de pertença, da responsabilização e remontam ao sentido conectivo humano já falado. Para ser sujeito, é necessário receber algum suporte, por pior que este tenha sido. Igualmente, a manutenção da vida ocorre apenas porque se tem pessoas, objetos e elementos naturais que são o suporte “de cima a baixo” da vida. Não apenas a terra, o alimento, a água e a respiração são suportes, mas

os pais, os companheiros, as pessoas que nos prestam serviço, os professores, os amigos (PELIZZOLI, 2015, p. 18).

Nos procedimentos restaurativos, nos dizeres de Pelizzoli (2011), a presença ou a representação de suportes torna-se a base para a reparação e soluções vindouras. Muitas vezes, o Estado, como um dos maiores suportes da cidadania hoje, não cumpre seu papel de sustentar, de dar apoio, reparar, cuidar; e, menos ainda a “iniciativa privada”. As institucionalidades e pessoas que operam com os inconscientes coletivos assumem algo deste papel e precisam influenciar as políticas públicas em direção a uma justiça social e a uma garantia de direitos verdadeira.

É sabido que há uma forte tendência humana a pertencer, a fazer parte de famílias, amigos, grupos, redes. Esta tendência é retomada na visão e prática restaurativa, com a reconstituição de mundo, num espaço seguro e acolhedor, com a circulação da palavra e do sentido para as coisas e acontecimentos; ao mesmo tempo aparece o aspecto responsabilizador: responsabilizar é também dar nascimento social e importância a alguém, diferente de vingar e punir (PELIZZOLI, 2015).

Tem-se que valores humanos essenciais, numa visão ética geral, são: as relações familiares, a amizade, o respeito, a confiança, o amor, a generosidade, a solidariedade, a compaixão, a liberdade, a dignidade, o zelo, condições materiais de vida, educação, saúde, lazer, espiritualidade, mas também, corrigir os erros, ser acolhido, pacificar as relações, entre outros. São os mesmos valores que cabe aqui destacar para serem trazidos ao Círculo.

Pelizzoli (2015, p. 15) a respeito de tais valores, traz as Constelações Familiares como exemplo:

Na questão familiar, as Constelações Familiares falam em ordens do amor, do dar e receber, dos bloqueios e dos fluxos que visam adequar-se ao campo familiar criado. Quando formamos uma nova família ou grupo, abrimos um outro campo que interage com campos anteriores de cada uma das pessoas. Assim, podemos pensar sobre a dimensão do rejeitado e da cultura de paz. Rejeitar, excluir, traz sempre algum desequilíbrio no Campo.

Portanto, abrir espaço, perceber o outro, sentir o grupo, ouvir verdadeiramente e ser ouvido, tende a gerar tomada de consciência, sensibilidade, e a possibilidade de receber uma

palavra de acolhimento. A capacidade da consciência, no sentido moral e não apenas racional, é fundamental na socialização humana. O que se abre na restauração é a percepção e a sensibilidade, operando juntas em função da mudança ética (relacional, conectiva), de comportamentos, colocando em destaque redes de manutenção da dignidade dos sujeitos. Em geral, a tomada de consciência desperta no sujeito que cometeu atos violentos, sentimentos como o de arrependimento e vergonha, ou mesmo empatia, e a obrigação de fazer algo (reparar). Daí a necessidade humana tão premente de pedir desculpas, pedir perdão, arrepender-se e tentar mudar (PELIZZOLI, 2015, p. 16).

Os Círculos de Diálogo visam, ainda, obter o importante acordo. Mas também almejam trazer aprendizagem, a compreensão do mundo em desacordo, o papel de crescimento e dos frutos de dor dentro dos conflitos, a aprendizagem social, e o olhar compassivo para as “sombras” que atingem o todo social. Em meio à invisibilidade virtual de rostos humanos, em meio ao descaso e descrédito nos modelos políticos e no capitalismo, as Práticas Restaurativas são uma luz entre tantas outras a iluminar os tempos sombrios (PELIZZOLI, 2015, p. 14).

É bem provável que o grande desafio das práticas restaurativas não esteja apenas no âmbito da mudança para as comunidades operarem justiça, mas sim para o sistema Judiciário abrir espaços neste modelo arcaico retributivo, punitivo-vingativo e pouco eficiente. Para tanto, é necessário enxergar os possíveis valores positivos, as necessidades e demandas que atuam por trás dos indivíduos. Por vezes, é necessário apenas o reconhecimento, a validação de seu papel e de seu grupo, adotando atitudes de inclusão do outro, e adotando novas maneiras de intervenção.

A Justiça Restaurativa não significa uma resposta a todas situações. Não visa substituir o sistema legal vigente, mas, ainda, dar efetividade à implementação da justiça, contribuindo desta forma para a construção de uma cultura de paz.

O debate desta ideia de construção de paz tende a trazer avanços, curando feridas e restaurando relações, proporcionando maior consciência de coletividade e integração, resultando na instauração de uma cultura pacifista aos mais variados âmbitos da sociedade. Portanto, o estímulo à utilização de práticas circulares no judiciário catarinense tende a trazer uma visão mais humanizada à aplicação do direito, servindo como guia para que os

operadores do direito façam da justiça um processo mais transformador, e, por consequência, contribuam com o bem estar social.

5. CONCLUSÃO

A partir de todo o conteúdo exposto na presente pesquisa, infere-se que a Justiça Restaurativa é uma vertente jurídica jovem, que proveio da luta de movimentos político-sociais advindos dos dilemas apresentados pela nossa sociedade, que necessitavam de uma alternativa ao modelo vigente.

Os métodos de resolução de conflitos apresentados por esta, com destaque especial às Práticas Circulares, visam primar pelos valores fundamentais das relações humanas para que apresentem resultados efetivos na vida - seja no ambiente social ou pessoal/emocional - dos envolvidos, visto que em grande parte dos litígios tais valores são deixados de lado e substituídos pelo desejo de vingança.

Os Círculos de Construção de Paz vêm sendo aplicados a cada dia em uma maior gama de casos, possibilitando novas compreensões acerca dos conflitos e em relação a outros quaisquer assuntos abordados nos processos circulares. Portanto, os círculos buscam criar possibilidades para a liberdade dos participantes e abrem espaço para a empatia e o sentimento de pertencimento, permitindo que os participantes demonstrem o seu verdadeiro eu, sem qualquer temor ou imposição do dever ser.

Esta conexão que é formada entre os participantes, tende a criar um ambiente de apoio e solidariedade, buscando dar voz igual a todos ali.

A aplicação de tais técnicas Circulares vem crescendo em Santa Catarina nos últimos anos, sempre com o intuito de proporcionar maior consciência de coletividade, restaurar as relações, instaurando uma cultura pacifista dentro do Poder Judiciário e nas comunidades, seja qual for o âmbito jurídico que esta couber.

Com isso, o presente trabalho deduz que a aplicação das Práticas Circulares na Justiça de Santa Catarina tende a trazer novos conceitos, valores e ideias para a solução dos litígios, sendo uma ferramenta eficaz para a promoção da paz social através de seus ensinamentos e experiências, fazendo que a aplicação do direito siga novos rumos que findem em uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

6. REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Daniel, 2014. **Justiça restaurativa no Brasil: Possibilidades a partir da experiência belga**. Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 154-181.

BAQUIÃO, Leandra Aurélia. **Reflexões sobre o facilitador de justiça restaurativa: o caso**, Porto Alegre. São Paulo: PUC, 2010.

BIANCHINI, Edgar Hrycylo. **Justiça restaurativa: um desafio à práxis jurídica**. Campinas, SP. Servanda Editora, 2012.

BRAGA, Maria do Socorro Pelaes. **Justiça Restaurativa: benefícios para sociedade e para a justiça formal**. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

BRANDÃO, Delano Cândia. **Justiça Restaurativa no Brasil: Conceito, críticas e vantagens de um modelo alternativo de resolução de conflitos**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 77, 01/06/2010. Disponível em <<
<http://justicarestaurativaemdebate.blogspot.com.br/2010/08/artigo-justicarestaurativanobrasil/>
http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7946 >>. Acesso em: de 20 outubro de 2018.

BRAITHWAITE, John, 2002. *Restorative justice and responsive regulation*. Oxford: Oxford Press, 2002.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da Mediação e da Conciliação**. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 364 p.

CARVALHO, Luisa de. **Justiça Restaurativa – O que é e como funciona**, 2014, disponível em <<
<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62272-justica-restaurativa-o-que-e-e-como-funciona>>>
Acesso em 04 de novembro de 2018.

CLMAIS. 2018. **Em Lages, iniciativa busca pacificação em casos de violência contra a mulher**. Disponível em: <<
<https://clmais.com.br/em-lages-iniciativa-busca-pacificacao-em-casos-de-violencia-contra-a-mulher/> >> Acesso em 14 de novembro de 2018.

CNJ. **Justiça Restaurativa: projeto leva método a presídio de Florianópolis**. 2018. Disponível em: <<
<http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/88002-justica-restaurativa-projeto-aplica-metodo-a-p>

residio-de-florianopolis >> Acesso em 13 de novembro de 2018.

CNJ. **Resolução 225, de 31 de mai. de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.** Brasília, DF, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_225_31052016_02062016161414.pdf>> Acesso em 14 de novembro de 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA. 2018. **Defensoria Pública intermedeia parceria para uso de práticas restaurativas sistêmicas no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Santa Catarina.** Disponível em: <<<http://www.defensoria.sc.gov.br/index.php/noticias/826-defensoria-publica-intermedeia-parceria-para-uso-de-praticas-restaurativas-sistemicas-no-hospital-de-custodia-e-tratamento-psiquiatrico-de-santa-catarina>>> Acesso em 13 de novembro de 2018.

FELIZARDO, Aloma Ribeiro. **Bullyng Escolar: prevenção, intervenção e resolução com princípios da justiça restaurativa.** Curitiba: InterSaberes, 2017.

FERRY. Ângela. 2017. **Defensor piauiense apresenta Projeto “Círculos de Construção de Paz”** em Santa Catarina. Disponível em: <<<http://www.pi.gov.br/materia/defensoria/defensor-piauiense-apresenta-projeto-circulos-de-construcao-de-paz-em-santa-catarina-3862.html>>> Acesso em 14 de novembro de 2018.

GALDINO, M.F.; LUNA, M.J. (orgs.) **Cultura de Paz: genero, sexualidade e diversidade.** Recife: EDUFPE, 2014. P. 135; 140.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional.** SP: Objetiva, 2001.

GRECCO, 2014. Aimée, et el. **Justiça restaurativa em ação: práticas e reflexões.** São Paulo.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo.** Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LEAL, Jackson da Silva; FAGUNDES, Lucas Machado. **Política judicial brasileira: da produção de cidadania à cooptação sistêmica.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 2, n. 1, p.1-18, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/RBPP/article/view/1677/1569>>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

MARIOTTI, Humberto. **Diálogo: um Método de Reflexão Conjunta e Observação Compartilhada da Experiência**. Revista Thot (São Paulo), 2001.

MOORE, Christopher W.. **O processo de Mediação: Estratégias Práticas para a Resolução de Conflitos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NOGUEIRA, JOAO PONTES; MESSARI, NIZAR. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. . São Paulo: Elsevier - Campus, 2005.

NUPEMEC. **Justiça Restaurativa**. 2011. Disponível em: <<
http://www5.tjba.jus.br/conciliacao/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=24>>. Acesso em nov/2018.

OLIVEIRA, Cristina. **Notas Sobre a Justiça Restaurativa**. Porto Alegre: revista Síntese, 2012, vol. 13, n. 75, ago/set 2012.

ORTEGAL, Leonardo Rodrigues de Oliveira. **Justiça restaurativa: uma via para a humanização da justiça**. Brasília: Unb, 2006.

PACHECO, Andreia Teixeira Moret. **Justiça Restaurativa: uma possível alternativa a pena de prisão e sua utilização pelo poder judiciário**. 2012. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9749/Andreia%20Teixeira%20Moret%20Pacheco.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 02 de novembro de 2018.

PARKER. L. Lynette, 2005. **Justiça Restaurativa**. Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

PAZ, Silvana Sandra e PAZ, Silvina Marcela, 2005. **Justiça Restaurativa**. Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

PELIZOLI, Marcelo L. (org.). **Cultura de paz – educação do novo tempo**. Recife: EDUFPE, 2008.

PELIZZOLI, Marcelo L., **Círculos de Diálogo: Base Restaurativa para a Justiça e os Direitos Humanos**. Curitiba: Universidade Positivo, 2014, p. 12-13.

PELIZZOLI, Marcelo L., **Cultura de Paz Restaurativa: Da Sombra social às inteligências sistêmicas dos conflitos**, (In: *Justiça Restaurativa: caminhos da pacificação social*). Caxias do Sul: Ed. da UCS / Recife: Ed. da UFPE, 2015.

PINTO, Renato Gomes Sócrates. **Justiça restaurativa**. Disponível em: <<http://www.justiciarestaurativa.org/www.restorativejustice.org/articlesdb/articles/6883>>.

Acesso em: out/2018

PRANIS, Kay. **Processos Circulares**. Tradução. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.

PRANIS, KAY & BOYES-WATSON, C. **No Coração da Esperança. Guia de práticas restaurativas**. Porto Alegre: TJE-RS/AJURIS, 2011.

PRANIS, Kay – **Guia do Facilitador**. Tradução: Fátima De Bastiani. Escola Superior da Magistratura da AJURIS Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul / Projeto Justiça para o Século 21. 2011, p. 11-25.

ROBALO, Teresa L. de G. de A. e Souza, **Justiça Restaurativa: um caminho para a humanização do direito**. Curitiba: Juruá, 2012. 304p.

ROLIM, Marcos. 2006. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, Hugo Leonardo Rodrigues. **Incompatibilidades entre a Justiça Restaurativa e o Instituto da Transação Penal**. Porto Alegre: revista Síntese, 2013, vol. 14, n. 80, jun/jul 2013. p.41 – 51.

SICA, Leonardo. **Justiça Restaurativa e Mediação Penal – O novo modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime**, Rio de Janeiro, 2007.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SILVA, Elenice da. **Combate ao bullying: por meio de princípios e práticas da justiça restaurativa**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

TJSC. 2012. **Projeto Justiça Restaurativa**. Disponível em: <<
<https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude/acoes-e-projetos/justica-restaurativa> >>
Acesso em 14 de novembro de 2018.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, ed. 4, p. 393 – 402

ZEHR, H. *The little book of Restorative Justice*. Pennsylvania: Good Books, 2002.

ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça.**
Tradução: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.